



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA

CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS JARDIM

**A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DE VENDEDORES AMBULANTES NOS
COLETIVOS DE SÃO LUÍS:** da alternativa de sustento ao conflito com os pares

São Luís

2020

CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS JARDIM

**A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DE VENDEDORES AMBULANTES NOS
COLETIVOS DE SÃO LUÍS:** da alternativa de sustento ao conflito com os pares

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da
Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como
requisito para obtenção de grau em Bacharel em
Psicologia com formação de Psicólogo.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Denise Bessa Léda.

São Luís

2020

JARDIM, Carlos André dos Santos.

A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DE VENDEDORES AMBULANTES NOS COLETIVOS DE SÃO LUÍS : da alternativa de sustento ao conflito com os pares / Carlos André dos Santos JARDIM. 2020.

65 f.

Orientador(a): Denise Bessa Leda.

Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

1. Competitividade. 2. Psicodinâmica. 3. Relações conflituosas. 4. Trabalho informal. I. Bessa Leda, Denise. II. Título.

CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS JARDIM

**A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DE TRABALHADORES INFORMAIS NOS
COLETIVOS DE SÃO LUÍS:** da alternativa de sustento ao conflito com os pares

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da
Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como
requisito para obtenção de grau em Bacharel em
Psicologia com formação de Psicólogo.

Aprovado em ____/____/ 2020

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Denise Bessa Léda (Orientadora)
Doutora em Psicologia Social (UERJ)
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Carla Vaz dos Santos Ribeiro (Examinadora)
Doutora em Psicologia Social (UERJ)
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^o Me. Heitor Natividade Oliveira (Examinador)
Mestre em Psicologia (UFMA)
Faculdade Estácio de Sá

Prof.^a Dr.^a Yldry Sousa Ramos Queiroz Pessoa (Suplente)
Doutora em Psicologia (UFRN)
Universidade Federal do Maranhão

Aos meus pais, Helena Jardim e Antônio Carlos.

À toda minha família.

À minha noiva, Nayra.

Aos trabalhadores informais que atuam nos transportes coletivos em São Luís.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus pelo dom da vida e por todas as dádivas a mim concedidas.

Em seguida, agradeço a todos os meus familiares que contribuíram direta ou indiretamente para que eu pudesse chegar até aqui. Em especial, agradeço aos meus pais, Antônio Carlos Machado Jardim e Helena Machado Jardim, que desde pequeno, investiram e me incentivaram a trilhar o caminho dos estudos, do conhecimento.

Também sou grato à instituição UFMA (Universidade Federal do Maranhão), que por meio de seu curso de Psicologia, me possibilitou olhar o mundo com novas lentes, novas perspectivas. Além do conteúdo, a universidade me presenteou com gratas surpresas, tais como as amizades de Anderson, Jairo, Rita, Manoel, Juliana e Nicolau, sendo todos estes verdadeiros parceiros (as) na labuta de concluir o ensino superior.

Dedico meu muitíssimo obrigado à professora Denise Bessa não só pelos conselhos, sugestões ou correções, mas, principalmente, por respeitar o meu tempo de “evolução” na monografia, sempre me incentivando a continuar. Nessa mesma linha de posição no meio acadêmico, agradeço ao professor Heitor Oliveira, que em suas disciplinas ministradas, me gerou um enorme interesse por atuar na Psicologia Organizacional e do Trabalho sob perspectivas críticas.

Manifesto meus sentimentos de gratidão ao NEPP (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia), na qual pude contribuir e participar de reuniões marcantes e muito produtivas, cujo centro das discussões foi sempre o mundo do trabalho e suas reverberações sobre a vida dos indivíduos.

Por fim, mas não menos importante, agradeço imensamente à minha noiva, Nayra Lopes Guida, que entrou na minha vida ao mesmo tempo da faculdade. De lá pra cá, ela agregou em inúmeras vezes conhecimentos por meio de discussões acaloradas sobre os indivíduos, o mundo do trabalho e a sociedade em geral. Além disso, agradeço por ter me cobrado em relação ao comprometimento para com o curso e a dedicação em dar sempre o melhor de mim.

Enfim, sou grato à cada pessoa pelos bons e maus momentos que me geraram maturidade e me fizeram chegar até aqui, na consolidação desse TCC e na conclusão dessa etapa de minha vida. A todos (as), meu sincero “muito obrigado!”.

“A grandeza de uma profissão é talvez, antes de tudo, unir os homens: não há senão um verdadeiro luxo e esse é o das relações humanas.”

(Antoine de Saint-Exupéry)

RESUMO

O trabalho informal no Brasil tornou-se crescente como uma estratégia para obtenção de renda em virtude do alto índice de desemprego. A competitividade e as relações conflituosas são fatores que ganham destaque nessa luta pela sobrevivência. O estudo visa compreender quais as fontes geradoras dos conflitos na “informalidade do trabalho de rua” de vendedores que atuam nos transportes coletivos da cidade de São Luís do Maranhão. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, realizada em pontos de ônibus situados no Mix Mateus da Estrada de Ribamar e no Dalplaza Center, no bairro da Cohab. Foram entrevistados 4 participantes, através da aplicação de um questionário semiestruturado. Utilizou-se para a análise de dados a Psicodinâmica do Trabalho e referenciais teóricos voltados para a área do trabalho informal. Dos entrevistados, todos já vivenciaram situações de desentendimentos com colegas de trabalho. Dentre os motivos geradores, como questões de humor, personalidade ou problemas familiares, a luta pela sobrevivência se sobressaiu como a estrutura causadora de tais acirramentos. Contudo, como forma de preservar a si e aos seus familiares, a voluntária desistência de entrar em conflitos é uma medida adotada para se esquivarem dos atritos no trabalho. Atualmente, a visibilidade do mercado informal é facilmente perceptível em todas as capitais brasileiras e no estado do Maranhão, com a baixa na oferta de empregos formais, nota-se que a expansão das vendas tem alcançado além dos logradouros já consolidados, e com isso, a elevação no número de episódios conflituosos na disputa por espaço.

Palavras-chave: Trabalho informal. Relações conflituosas. Competitividade. Psicodinâmica.

ABSTRACT

Informal work in Brazil has grown as an income generation strategy due to the high unemployment rate. Competitiveness and conflicting relationships are factors that stand out in this fight for survival. The study aims to understand the sources that generate conflicts in the “informality of street work” of sellers who work in public transport in the city of São Luís do Maranhão. This is a qualitative research, of an exploratory nature, carried out at bus stops located at Mix Mateus on Estrada de Ribamar and in Centro Dalplaza, in the Cohab neighborhood. Four participants were interviewed, through the application of a semi-structured questionnaire. The Psychodynamics of Work and theoretical references for the informal job area were used for data analysis. Among the interviewees, all experienced situations of disagreement with colleague job. Among the reasons, such as humor questions, personality or family problems, the fight for survival stood out as the structure that caused such stresses. However, as a way of preserving themselves and their families, voluntary abandonment of conflicts is a measure adopted to avoid friction at work. Currently, the visibility of the informal commerce is easily perceptible in all Brazilian capitals and in the state of Maranhão, with the drop in the offer of formal jobs, note that the expansion of sales exceeded the locations already consolidated, and with that, the increase in the number of conflicting episodes in the dispute for space.

Keywords: Informal work. Conflicting relationships. Competitiveness. Psychodynamics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Dupla face do trabalhador: formalidade e informalidade	22
Figura 2	– Gráfico do crescimento do trabalho informal no Brasil (2015-2019).....	23
Figura 3	– Mercado Central de São Luís	36
Figura 4	– Mercado de Todos - Cohab	36
Figura 5	– Rua Grande antes da reforma urbanística	37
Figura 6	– Rua Grande após a reforma urbanística	37
Figura 7	– Barracas de ambulantes antes da intervenção municipal	38
Figura 8	– Barracas de ambulantes após intervenção municipal.....	38
Figura 9	– Vendedores ambulantes dentro dos Terminais de Integração.....	39
Figura 10	– Vendedores ambulantes trabalham próximo de Terminal de Integração.....	40
Figura 11	– Ambulante vendendo óculos de sol em praia de São Luís.....	40
Figura 12	– Ambulante vendendo balões em praia de São Luís	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificações da informalidade.....	19
Quadro 2 – Produtos e serviços do setor informal de São Luís	34
Quadro 3 – Perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa.....	46
Quadro 4 – Respostas dos participantes da pesquisa	46
Quadro 5 – Resposta dos participantes da pesquisa.....	48
Quadro 6 – Resposta dos participantes da pesquisa.....	52

LISTA DE SIGLAS

CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
G1	Portal de Notícias da Rede Globo de Comunicação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NEPP	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG'S	Organizações Não Governamentais
PDT	Psicodinâmica do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PREALC	Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe
SEMPE	Secretaria Municipal Extraordinária de Projetos Especiais
SEMSA	Secretaria Municipal de Segurança Alimentar
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
SM	Salário-Mínimo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1	O mundo do trabalho informal na contemporaneidade	18
2.1.1	As “informalidades”	18
2.1.2	O panorama brasileiro	20
2.2	Alguns efeitos sobre a vida dos trabalhadores.....	24
2.2.1	Insegurança financeira.....	24
2.2.2	Excessiva jornada de trabalho	25
2.2.3	Adoecimento físico e/ou psíquico	26
2.3	Individualismo x Coletivismo: a organização social dos trabalhadores informais	28
2.4	A dinâmica dos trabalhadores informais em São Luís - MA: o contexto do setor informal ludovicense ao longo do tempo	30
2.4.1	Origem.....	30
2.4.2	Expansão do trabalho informal.....	30
2.4.3	Principais características	31
2.5	Perfil dos (as) trabalhadores (as) informais da capital maranhense	32
2.5.1	Sexo e idade.....	33
2.5.2	Escolaridade	33
2.5.3	Renda.....	33
2.5.4	Produtos, serviços oferecidos e parcerias.....	34
2.5.5	Principais pontos de atuação na cidade	35
2.5.5.1	<i>Feiras</i>	35
2.5.5.2	<i>Rua Osvaldo Cruz</i>	36
2.5.5.3	<i>Praças</i>	38
2.5.5.4	<i>Terminais rodoviários de integração</i>	39
2.5.5.5	<i>Praias</i>	40
2.5.5.6	<i>Transportes coletivos</i>	41
2.6	Aspectos previstos na lei sobre a atuação de vendedores informais em coletivos	42
3	METODOLOGIA	43
3.1	Ética na pesquisa	43

3.2	Tipo de pesquisa	43
3.3	Local	44
3.4	Participantes	44
3.5	Instrumentos	44
3.6	Procedimentos.....	45
3.6.1	Coleta de dados	45
3.6.2	Análise de dados.....	45
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
4.1	Caracterização geral	45
4.2	Tempo de serviço, jornada de trabalho e pontos de venda	46
4.3	Aumento da taxa do trabalho informal em São Luís e as consequências desse crescimento.....	47
4.4	Os conflitos.....	48
4.4.1	Os motivos.....	49
4.4.2	Estratégias de mediação	50
4.5	Relações de trabalho e parcerias.....	50
4.6	Prazer e sofrimento no exercício do trabalho.....	52
5	CONCLUSÃO	53
	REFERÊNCIAS	55
	APÊNDICES.....	60

1 INTRODUÇÃO

Analisar o mundo do trabalho na atualidade, necessariamente, passa por tramitar por palavras como dinamismo, flexibilidade e capacitação. Fruto das altas exigências de mercado para ocupação dos cargos, muitos indivíduos, com ou sem as tão requisitadas competências, acabam por não conseguir seus “lugares ao sol”. Nesse sentido, segundo Pontes (2010, p.17), temos um panorama de que: “[...] na atual fase de acumulação do capital, as transformações ocorridas no mundo do trabalho afetam, simultaneamente, sua organização e as relações sociais nas quais ela se insere, refletindo fortemente na relação entre trabalho formal e informal [...]”.

Nos dias atuais, onde o mundo do trabalho se mostra cada vez mais como arena de disputas, não é novidade que, neste espaço, venham à tona situações que fogem ao controle humano. Quer sejam nas relações trabalhistas formais, quanto nas informais, a competitividade tem se tornado uma mola propulsora no que diz respeito aos conflitos no campo das relações humanas, onde o estímulo à competição comparece da seguinte forma:

O ‘culto da performance’, por exemplo, representa adequadamente uma das inúmeras consequências do cenário atual. Sobre a proposta de reinvenção do trabalhador desgastado pela aceleração do tempo e falta de vínculos sociais e políticos, uma nova configuração de trabalhador surge a partir do século XX, o profissional em busca constante pela alta performance. (DA ROCHA, 2018, p. 159).

É certo que, à medida que começamos a falar sobre a categoria trabalho e as relações estabelecidas neste espaço, parece inevitável discutir sobre o acirramento das relações entre os trabalhadores. Todavia, o aparecimento desenfreado deste mecanismo potencializador, que é a competitividade, acaba gerando nefastas consequências aos sujeitos envolvidos nesse contexto.

Como pano de fundo que também auxilia na estruturação deste quadro, observamos em Sorj (2000, p. 31) que os: “Empregos permanentes estão cada vez mais restritos. [...] Os novos postos criados tendem a ser flexíveis no tempo, no espaço e na duração, dando origem a uma pluralidade de contratos de trabalho: em tempo parcial, temporários ou por conta própria”.

Noutras palavras, o que é notório no cotidiano dos centros urbanos, é que a empregabilidade tem ganhado contornos cada vez mais de disputas. Nesse sentido, vincular-se a uma instituição de maneira formal, a cada dia que passa, parece ser algo mais difícil de ser alcançado, tendo em vista que a absorção passa pelas necessidades que o mercado requer.

Em relação às poucas vagas de emprego formal, observamos os seguintes efeitos agindo sobre as crescentes taxas de desemprego: existem variações nas exigências de mercado que envolvem constante capacitação por parte do indivíduo. Além disso, há também a presença de uma desequilibrada balança entre a oferta de empregos e a quantidade de trabalhadores. Estes

dois fatores, em conjunto, acabam gerando a não absorção do contingente de trabalhadores nos lugares onde se engendram.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020),

A edição mensal da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Covid-19 estimou que a população desocupada, que era de 10,1 milhões no começo da pesquisa, em maio, passou para 13,5 milhões em setembro, um recorde da série histórica. O aumento foi de 4,3% no mês e de 33,1% desde maio. Os dados foram divulgados hoje [23/10/2020].

Dada a pouca oferta de empregos formais, cresce o setor informal como alternativa de sobrevivência, onde também podemos notar que:

O trabalho informal se tornou uma alternativa, que pode até agradar ao trabalhador por algumas vantagens, como fazer seu próprio horário de trabalho, não estar sob a pressão de um patrão e a possibilidade de se conseguir uma remuneração maior do que com um trabalho formal onde também teria que seguir as regras do empregador e um horário determinado. Eleva até sua autoestima, porque ele pode dizer que tem um emprego e passa a ter mais respeito do que alguém taxado como “vagabundo”. (ALMEIDA; CARMO; SILVA, 2013, p. 418).

É justamente nesse contexto de ausência de direitos, proteção social e estabilidade econômica, que os sujeitos procuram uma estratégia de obtenção de renda. Em nosso cotidiano, transitando pelos centros urbanos do país, ainda que estes espaços tenham como característica a freneticidade na circulação de pessoas, podemos facilmente perceber que:

Nos grandes centros urbanos é cada vez mais frequente a presença de trabalhadores de rua, que são conhecidos popularmente por “vendedores ambulantes”. Esses trabalhadores informais formam uma parcela crescente que operam nas ruas da cidade, nas calçadas e em outros locais públicos, vendendo de tudo, até mesmo equipamentos eletrônicos. (ALMEIDA; CARMO; SILVA, 2013, p. 419).

O fato acima encontra-se num cenário mais amplo, pois, segundo dados do G1 (2018), “[...] a explicação está no aumento da informalidade, que ganhou quase 1 milhão de pessoas. O mercado informal passou de 36,4 milhões um ano antes (2017), para 37,3 milhões no trimestre encerrado em junho/2018, alcançando 40% da força de trabalho”.

Subsidiando essa entrada de mais trabalhadores no setor da informalidade, a necessidade de sustentar a si mesmo, faz com que o trabalho destes ambulantes não se detenha apenas a espaços como ruas e areias de praia, por exemplo. Também passam a compor a lista de locais de atuação os: eventos culturais, eventos esportivos e, principalmente, os meios de transporte coletivos das cidades.

Em relação a este último citado, em meio ao cenário da informalidade, Perelman (2016, p. 70), nos elucida de que: “A venda ambulante implica comportamentos específicos na relação com o motorista, com os passageiros e com outros vendedores, bem como requer a construção

de uma territorialidade (espaço e tempo) específica e necessária para poder oferecer os produtos”.

Além disso, este mesmo autor alerta para outro fato, que é o de que:

É por isso que a tarefa não pode ser reduzida ao tempo da venda, no momento em que busca subir no ônibus e oferece um produto. Esses minutos são fruto de uma série de relações que os vendedores criam e mantêm; dependem de conhecer as regras próprias da atividade, que compreende desde a obtenção – ou produção – da mercadoria, até os modos corretos de se apresentar durante a venda.”. (p. 70).

Como se já não bastassem as questões legais de atuação, da exposição a fatores de risco, como assaltos, estes trabalhadores também estão passíveis de adoecimentos em detrimento de vários fatores, como por exemplo, exposição à chuva ou ao sol. Nesses campos informais de trabalho, também acabam se engendrando situações como os acirramentos e os conflitos com os pares.

Como já colocado, pela crescente alta do setor informal, a competitividade ganha espaço já que, em suma, para os vendedores, trata-se de alcançar possíveis consumidores para adquirirem seus produtos que, ao final de tudo, o dinheiro arrecadado com as vendas servirá para o sustento do indivíduo, assim como a continuidade daquelas vendas (a compra de novos produtos para vender novamente).

Diante desse cenário de competição, onde se manifestam os acirramentos entre os vendedores informais, busca-se no presente estudo, analisar as estratégias de mediação utilizadas pelos trabalhadores informais na luta pela sobrevivência nos coletivos de São Luís – MA.

Além disso, são discutidas questões sobre o mundo do trabalho informal na contemporaneidade; é caracterizada a situação do trabalho informal nos coletivos em São Luís; é investigada a dinâmica dos trabalhadores informais em São Luís – MA e são identificadas as estratégias de mediação entre os trabalhadores informais nos coletivos de São Luís – MA.

Tendo em vista este conflituoso cenário nas relações trabalhistas informais, a teoria escolhida pra analisar este contexto foi a Psicodinâmica do Trabalho – PDT, onde ela é caracterizada da seguinte forma:

A Psicodinâmica do Trabalho é uma abordagem científica, desenvolvida na França na década de 1980 por Christophe Dejours, médico francês, com formação em Psicanálise e Psicossomática é professor do Conservatoire National des Arts et Métiers em Paris, onde dirige o Laboratório de Psicologia do Trabalho e da Ação. (BUENO; MACÊDO, 2012, p. 307).

Além disso, somos informados de que:

Esta abordagem pode subsidiar estudos de maneira teórica e/ou metodológica. Enquanto teoria pode ser utilizada para análise e compreensão de aspectos relacionados à saúde mental e trabalho, através de discussões teóricas ou da aplicação de conceitos vindos da psicodinâmica do trabalho para delinear ou interpretar dados de pesquisa empírica. Enquanto método segue os pressupostos apresentados por Dejours (2004), que propõe as seguintes etapas de pesquisa: pré-enquete; enquete; análise da demanda; análise do material da enquete; observação clínica; interpretação; validação e refutação; e validação ampliada. (GIONGO; MONTEIRO; SOBROSA, 2015, p. 805).

Em relação ao interesse pelo tema que é discutido no presente estudo, ele é oriundo de algumas vivências-observacionais como usuário do transporte coletivo de São Luís que sou. Utilizando-me diariamente deste meio de transporte, são diversos os fenômenos que atravessam meus olhos, estimulam minha percepção e provocam-me reflexões.

Diante do lugar que ocupo, enquanto estudante de Psicologia, que é uma ciência que lida diretamente com a observação e percepção, presenciei a seguinte situação. Certo dia, que parecia comum aos demais, me deparei com uma cena de quase agressão física entre dois vendedores informais dentro de um ônibus. De imediato, a reação fisiológica foi acionada, onde fiquei receoso em relação ao pior que pudesse vir a acontecer. Passado isso, alguns minutos depois, vieram-me à mente diversos pensamentos questionadores sobre o(s) porquê(s) daquela situação ter acontecido.

Desde então, os deslocamentos à UFMA, por meio dos ônibus, não foram mais os mesmos. A partir deste episódio, sempre que entram vendedores no ônibus, direciono minha atenção a eles, tentando me aproximar mais dos lugares que estes trabalhadores informais têm ocupado.

Resgatando o compromisso social, já aqui mencionado, reitero que a Ciência Psicológica deve colocar-se à disposição para possíveis resoluções em relação às problemáticas que surgem cotidianamente. Nesse caminho, tanto o planejamento, como a execução, e ainda, a avaliação das intervenções realizadas, devem estar inseridas no exercício profissional da categoria.

Nesse sentido, em relação ao conhecimento científico, o presente estudo pretendeu colaborar com geração de dados e lançamento de novos olhares sobre o objeto de estudo deste trabalho monográfico.

A questão da “informalidade do trabalho de rua”, que é um tema amplo, já possui significativas produções teóricas de diversas ciências, ao passo que não se trata de um assunto surgido apenas no contexto atual, mas construído ao longo da história. Contudo, esta pesquisa que me propus realizar, debruça-se sobre um grupo mais específico, que são os vendedores que atuam nos transportes coletivos em São Luís.

Por último, e como sendo o fator central da discussão, acredito que com a execução deste trabalho monográfico, o resultado final se torna uma válida fonte de pesquisa em relação a possíveis desdobramentos ou aprofundamentos para com a temática.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O mundo do trabalho informal na contemporaneidade

2.1.1 As “informalidades”

Nos diferentes períodos da história, os conceitos e as características atribuídas ao termo informalidade no mundo do trabalho foram sendo modificadas, repensadas. Na literatura que aborda essa temática, muitos autores lançam mão de suas visões, quer seja convergindo, quer seja divergindo.

De acordo com Cacciamali (1983, apud VIDAL, 2011, p. 2), existem três correntes teóricas, a primeira delas:

[...] partiu de um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Emprego e Renda no Kenya em 1972, que por sua vez, consistiu em um importante marco para delimitação teórica, isto é, definição da natureza do setor informal e de suas relações com o conjunto da economia.

Cacciamali (1983) caracteriza esta corrente inicial, da seguinte forma:

Esta abordagem utiliza a ótica da produção para construir suas categorias. Sendo assim, considera o setor informal com as seguintes características: i) atividades com reduzido nível de capital; ii) técnicas pouco complexas e intensivas de trabalho; iii) pequeno número de trabalhadores (uns remunerados, outros familiares); iv) suas atividades não são alvos de política governamental; v) possuem dificuldades para obtenção de crédito; e vi) atuam em mercados competitivos. (p. 2).

No que diz respeito à segunda corrente teórica, somos situados de que:

Posteriormente, em outro estudo da OIT, conhecido como Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC), ficaram estabelecidas as bases da segunda corrente teórica. (p. 3).

As características que constituem esta segunda corrente são:

A caracterização do setor informal Latino-Americano pelo PREALC se mostra mais ampla do que a tentativa do estudo anterior no Kenya. Em síntese, temos que: (i) formado por um conjunto de atividades pouco capitalizadas, estruturadas com base em unidades produtivas muito pequenas, de baixo nível tecnológico e organização formal escassa ou nula; (ii) não predomina a divisão entre proprietários do capital e do trabalho; (iii) o salário não é a forma mais usual de remunerar o trabalho, apesar de a produção ser voltada para o mercado; (iv) em geral tem-se acesso a estratos de mercados competitivos ou àqueles que constituem a base da pirâmide de oferta de uma estrutura oligopólica concentrada; (v) não são capazes de determinar preço (atomização da oferta), portanto, não percebem ganhos extraordinários. (p. 3).

Por fim, em relação à terceira e última corrente, o autor discorre que a mesma foi “[...] de autoria de Paulo Renato Souza, conhecida como Abordagem Subordinada ou Teoria da

Subordinação, acredita que existe uma relação orgânica, de complementaridade e de subordinação do setor informal perante o setor formal da economia”. (p. 4). Acerca desta terceira corrente, sabemos que:

O caráter de subordinação da terceira corrente se estende nas esferas de produção e circulação, reportando-se a inúmeros critérios, tais como: ocupação dos espaços econômicos, acesso a matérias-primas e equipamentos, implantação de tecnologia, acesso ao crédito, relações de trocas e nos vínculos mais concretos de subcontratação. (p.4).

Como pudemos notar, para abordar a temática da informalidade, Cacciamali utilizou-se da divisão entre “correntes teóricas” pautadas nas realidades das épocas em que foram produzidos os conceitos. Pelo fato de ser percebida como um amplo campo de estudos, a informalidade, com o passar do tempo, foi recebendo maior atenção por parte dos estudiosos e entidades governamentais em escala global. A seguir, veremos uma classificação da informalidade a partir de Noronha (2003).

Quadro 1 – Classificações da informalidade

<i>Abordagens Econômicas</i>	<i>Abordagens Sociológicas e/ou Normativas</i>
<p>VELHA INFORMALIDADE (SUBEMPREGO)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trata-se de uma abordagem tipicamente econômica, pois toma o investimento como a variável principal. Visa a explicar a “informalidade” de uma economia em transição, que gera desempregados, subempregados ou empregados informais” nos centros urbanos industrializados, muitos deles recém migrados de áreas rurais. • Abordagem desenvolvimentista do mercado de trabalho. • A “informalidade” é entendida como negativa ou neutra por ser um fenômeno típico de sociedades em transição, o qual será solucionado com o próprio desenvolvimento. 	<p>INFORMALIDADE POBRE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inclui diversos tipos de trabalhos “pobres” sob o mesmo conceito, sendo, portanto, mais empírica que a “velha informalidade”. • A abordagem deriva (1) das antigas tentativas da OIT de criar conceitos capazes de incluir as “informalidades” dos vários países e (2) das tentativas de se adaptar a tese da “velha informalidade” aos novos trabalhos precários. • Julgam a “informalidade” <i>negativa</i>.
<p>INFORMALIDADE NEOCLÁSSICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afirma que a “informalidade é o resultado natural da ação de empresas em busca da maximização de suas rendas em países com custos indiretos elevados da força de trabalho, impostos por lei, ou rígidos acordos coletivos. • <i>Mainstream</i> econômico internacional. • A “informalidade” é vista como <i>positiva</i> por ser o meio pelo qual o mercado corrige os efeitos 	<p>INFORMALIDADE JURÍDICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assemelha-se à variante neoclássica pelo foco na regulação do trabalho, mas pode ser considerada seu espelho negativo por entender o excesso de liberdade do mercado na regulação das relações de trabalho como destruidor das intervenções legais necessárias à garantia de condições mínimas para a sedimentação de contratos do trabalho (entendido como um contrato entre desiguais) socialmente justos.

negativos de normas rígidas do mercado de trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem típica de profissionais da área jurídica e cientistas políticos, <i>especialmente em países com relações de trabalho de tradição corporativista, neocorporativista ou legislada.</i> • Vê a “informalidade” de maneira <i>negativa</i>.
<p style="text-align: center;">NOVA INFORMALIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> • A “informalidade é o resultado natural de mudanças no processo de trabalho, de novas concepções organizacionais e novos tipos de trabalho, sem tempo ou espaço fixos, gerados pela sociedade pós-fordista ou pós-industrial. • Escola regulacionista, analistas das sociedades pós-industriais ou da pós-modernidade. • Vê a “informalidade como <i>relativamente neutra</i>, pois embora cause problemas sociais no curto prazo (<i>negativo</i>), representa uma mudança estrutural nos padrões de trabalho. 	<p style="text-align: center;">INFORMALIDADE DA GLOBALIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afirma que a realidade não mudou, isto é, que a natureza e as características do trabalho permanecem essencialmente as mesmas; e que as mudanças ocorreram devido ao aumento da competição internacional, estimulada pelo credo neoliberal, que levou ao crescimento do desemprego e de trabalhos precários e instáveis. • Sociólogos críticos da globalização e marxistas. • Vê a “informalidade” de forma negativa.

Fonte: Noronha (2003, p. 119).

Traçadas as devidas delimitações teóricas, analisaremos, daqui por diante, com maior enfoque a questão da “informalidade da globalização”. As demais também aparecerão, mas de modo pontual, sendo mencionadas em alguns fragmentos. Contudo, a discussão teórica de maior destaque será vinculada à ideia mundial, global, por se tratar de uma corrente mais elaborada no quesito crítico.

2.1.2 O panorama brasileiro

Ao olharmos para o atual mundo do trabalho, certamente temos visto que o setor da informalidade tem ganhado contornos cada vez mais acentuados. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020),

A taxa de desocupação atingiu 14,3%, na quarta semana de agosto, um aumento de 1,1 ponto percentual frente à semana anterior (13,2%). Com isso, atingiu o maior patamar da série histórica da pesquisa, iniciada em maio. Essa alta acompanha o aumento na população desocupada na semana, representando cerca de 1,1 milhão a mais de pessoas à procura de trabalho no país, totalizando 13,7 milhões de desempregados. Os dados são da edição semanal da PNAD COVID, divulgada hoje [18/09/2020] pelo IBGE.

Os motivos pelos quais esse fenômeno tem crescido de maneira tão rápida estão ligados a diversos fatores que interagem diretamente com ele. De acordo com Almeida, Carmo e Silva (2013, p. 418):

Com a elevação dos índices de desemprego, e o crescimento do exército industrial de reserva, a dificuldade de se ter um emprego formal, de não atender as exigências feitas pelo empregador, esses e outros motivos fizeram com que o número de trabalhadores informais aumentasse. O trabalhador vivendo um momento de necessidade, em busca de alguma renda para conseguir sustentar sua família, e sem ter um trabalho com a

carteira assinada que o deixaria mais seguro, vai à busca de alguma atividade que lhe traga remuneração.

Contudo, divergindo parcialmente desse pensamento, Neri e Fontes (2010, p. 19) pontuam que:

O problema do trabalho no Brasil não se restringe ao desemprego ou à quantidade de trabalho disponível, mas está intimamente ligado à qualidade dos postos de trabalho. Uma medida inicial da precariedade, a informalidade, é entendida como a soma dos autônomos, dos empregados sem carteira e dos não-remunerados.

Ou seja, se mundialmente o desemprego acarreta a procura dos trabalhadores pela informalidade, no Brasil, a realidade tem seguido a mesma lógica. Todavia, como sinalizaram Neri e Fontes, em nosso país tem surgido outros agravantes que fazem as taxas de adesão serem elevadas. Nesse sentido, Antunes (2018, p. 159) comenta que:

[...] os trabalhadores terceirizados, além de ganhar menos, trabalhar mais, ter mais instabilidade e menos direitos, são os que mais morrem e se acidentam. Tais vulnerabilidades de saúde e maior exposição aos ricos decorrem exatamente dessa condição mais precária de trabalho. (2018, p. 159).

Antunes acrescenta, ainda, que a:

[...] terceirização nos mais diversos setores, informalidade crescente, flexibilidade ampla (que arrebenta as jornadas de trabalho, as férias os salários), precarização, subemprego, desemprego estrutural, assédios, acidentes, mortes e suicídios (2018, p. 266).

Corroborando com o pensamento de Antunes, Sousa, Sousa e Mathis (2016, p. 93), esclarecem que:

Não tendo acesso ao trabalho “formal”, tais trabalhadores passam a concorrer entre si por postos de trabalhos precarizados, sujeitos a longas jornadas de trabalho e a salários comprimidos, conduzindo ao rebaixamento do nível salarial. E, na medida em que oferecem condições de ocupação e sobrevivência da força de trabalho excedente, a “informalidade” permite que a pressão social pela incorporação imediata da população excedente nas relações capitalistas de produção seja aliviada, evitando uma convulsão social.

Desta maneira, visto que os postos de trabalho remanescentes se encontram em extremo processo de precarização, muitas pessoas, ao se depararem com essa difícil realidade, veem na vendida “oportunidade” de trabalhar para si mesmo¹, as suas formas de sobrevivência dali por diante.

Dialogando com esse fato, podemos notar que por muitas vezes,

A decisão de ser trabalhador por conta própria ou microempreendedor pode ser determinada pela escassez de empregos formais (teoria da exclusão) ou uma decisão voluntária (visão integrada) tomada a partir da avaliação dos custos e benefícios, pecuniários ou não-pecuniários. A maior parte dos micro-empresendedores iniciou seu próprio negócio por desestímulos do mercado de trabalho gerados pelo desemprego e os baixos salários: 30% abriram o negócio por não encontrarem emprego e 18% para

¹ Referência à ideia vendida no discurso empreendedor. É estimulado o distanciamento dos postos de trabalho tradicionais, em prol de geração de riqueza para si próprio.

complementar renda. Em outras palavras, grande parte desses negócios não surge por espírito empreendedor dos seus proprietários, mas como uma alternativa de sobrevivência. (NERI; FONTES, 2010, p. 20).

Com a deterioração de muitos postos de trabalho, a renda passa a ficar menor, reduzida ou ausente mesmo. Na contramão dessa diminuição (ou ausência), as necessidades básicas dos indivíduos continuam a se manifestar, fazendo com que a conta não feche ao final do mês. Então, resta ao trabalhador a opção de vedar as lacunas em seu orçamento mensal, com a complementação da renda. Na figura 1, podemos observar a representação desse fato:

Figura 1 – Dupla face do trabalhador: formalidade e informalidade



Fonte: O Catador, 2018.

O mercado de trabalho hoje é precarizado, levando os trabalhadores a buscarem formas para garantir a sua subsistência, ter uma renda extra. Nesse sentido, o trabalhador passa se auto explorar, no sentido de estar trabalhando por conta própria se tornando dono de todos os meios de produção, fazendo muitas das vezes da sua residência um ambiente de trabalho, alimentando ainda mais o capital.

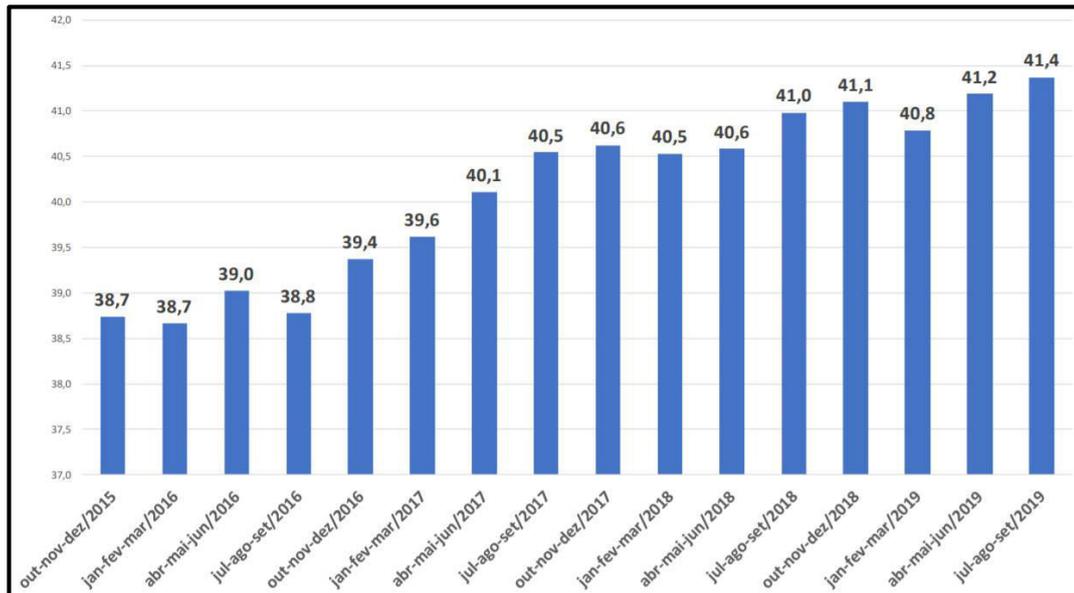
Por conta disso, Filho e Ulyssea (2016, apud JÚNIOR, 2018, p. 3) sinalizam que:

A informalidade é um fenômeno importante em países em desenvolvimento, em particular no Brasil. De modo geral, trabalhadores informais recebem remuneração mais baixa que trabalhadores formais, e firmas informais são menos produtivas que firmas formais.

Como já vimos, no Brasil, em particular no séc. XXI, temos observado um aumento da informalidade no trabalho, e com isso crescido a ideia do empreendedorismo, que vem em respostas às muitas quebras de direitos do trabalhador. Como aponta Antunes (2018, p. 38) “Para tentar “amenizar” esse flagelo, propaga-se em todo canto um novo subterfúgio: o “empreendedorismo”, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca sabe qual será”.

Na figura 2, podemos observar que “A informalidade – soma dos trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar – atingiu 41,1% da população ocupada, o equivalente a 38,4 milhões de pessoas, nos informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).

Figura 2 – Gráfico do crescimento do trabalho informal no Brasil (2015-2019)



Fonte: IBGE, 2019.

Dentro do setor informal, que ano após ano tem crescido em especial, no Brasil, também o aparecimento de novas subcategorias tem sido catalogadas pelos órgãos públicos, como o IBGE, e estudadas por especialistas que atuam em diversas áreas, como por exemplo, a Economia. Nesse sentido, percebemos que a informalidade trabalhista tem se ramificado consideradamente, como nos mostram Mafra e Tavares (2010, p. 106), ao afirmarem que:

A economia informal inclui atividades altamente diversificadas que, paralelamente ao mercado convencional, podem ser agrupadas em: indústria, que transforma matéria-prima em produtos variados, de alimentos a componentes eletrônicos, passando pelas atividades artesanais; comércio, considerado uma das atividades informais mais difundidas e explícitas no Brasil, tem como exemplo os vendedores ambulantes e os serviços, que incluem uma gama enorme de atividades domésticas, especializadas ou não, comumente utilizadas pela população. Possivelmente, uma das atividades informais mais explícitas seja exatamente o comércio informal.

Com toda essa expansão, os centros urbanos do país têm se tornado cada vez mais mercados a “céu aberto”, onde os trabalhadores informais encontram possibilidades de manterem uma renda e, assim, uma garantia mínima de sustento. Contudo, é nesse momento que começam a se materializar as dificuldades, os fatores geradores de sofrimento, como veremos adiante.

2.2 Alguns efeitos sobre a vida dos trabalhadores

2.2.1 Insegurança financeira

Se num passado não tão distante tínhamos o caminho da estabilidade de emprego como trajeto a ser seguido, hoje, com a bússola do exacerbado estímulo ao empreendedorismo individual, os trabalhadores informais têm caminhado por estradas cada vez mais incertas. Esclarecendo esse quadro comparativo entre passado e presente, Neri e Fontes (2010, p. 2), assinalam que:

[...] a não-contribuição trabalhista e previdenciária acaba por gerar um grupo de indivíduos desprotegidos de choques como aqueles ligados à saúde e à maternidade bem como da situação esperada para a própria velhice. Não ter carteira de trabalho assinada no Brasil significa: (i) a exclusão de uma parte do sistema de proteção social vinculada à carteira de trabalho assinada (como férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, licença-maternidade, licença médica etc.); (ii) a impossibilidade de acessar o seguro-desemprego, já que, de acordo com as regras para recebimento do benefício, o trabalhador tem que comprovar experiência em carteira de trabalho e (iii) a exclusão de alguns mercados como o de crédito, por não terem seus rendimentos comprovados; apenas para citar os mais relevantes.

A ausência de vínculo empregatício e mínima seguridade social, neste caso, causam no trabalhador inúmeras consequências negativas. Complementando esse raciocínio, Jakobsen (2000, p. 14) ao se referir ao setor informal, pontua que:

[...] o trabalho que envolve mão-de-obra pouco qualificadas, que geram pequenas rendas, são fora do âmbito regular produzem empregos instáveis e com baixa produtividade resultando em rendas inferiores à média dos trabalhadores formais no geral, e até os trabalhadores formais com rendas inferiores buscam nessas atividades um complemento de renda.

Em outras palavras, os rendimentos dos trabalhadores informais, geralmente, são de pouca expressão, ainda mais se comparado a de um profissional de carteira assinada. Embora possa haver a possibilidade de que em algum dado período de tempo seus ganhos sejam acentuados, as variações nas vendas é o que de mais constante acontece.

Nesse sentido, Meneguim e Bugarin (2008, p. 343), trazem a informação de que:

A diferença de remuneração percebida pelos empregados do setor formal em comparação aos do setor informal é assunto recorrentemente estudado. Conforme o Anexo Estatístico da publicação do IPEA, Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n. 24, o diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, nas regiões metropolitanas pesquisadas, entre janeiro e maio de 2004, foi em média 62,3%, ou seja, os trabalhadores com contrato de trabalho formalizado perceberam uma remuneração 62,3% maior quando comparados aos integrantes do setor informal.

Portanto, a diferença entre o salário e renda extrapola a noção conceitual e engendra no campo da experiência trabalhista presente em nossos dias. Por isso, o Setor Informal, segundo sua atual dimensão, tem se tratado de uma questão significativa na economia de um

determinado contexto. Além disso, focando no caráter social e humanitário, uma maior segurança para o trabalhador, perpassaria, principalmente, na:

[..] geração de regras que reduzam os conflitos e estabeleçam "uma certa ordem" respeitada pelos trabalhadores oficiais e pelos informais. A impossibilidade de eliminação das atividades informais parece clara, e o Estado, principal agente que poderia intervir para regular estas atividades, mostra-se pouco hábil para fazê-lo. (MAFRA; TAVARES, 2002, p. 106).

Já que a intervenção estatal, no estágio do capitalismo em que vivemos, parece ser uma realidade distante, a questão da insegurança financeira na vida do trabalhador informal, tende a se prolongar.

Diante desse cenário, com poucas alternativas surgindo no horizonte dessas pessoas, mais do que nunca, as suas jornadas de trabalho ganham tanto destaque por parte de si mesmos.

2.2.2 Excessiva jornada de trabalho

No setor informal, principalmente engendrado no discurso empreendedor, a ideia de autonomia em relação a jornada de trabalho tem atraído e convencido muitos indivíduos. Contudo, por trás liberdade pregada, geralmente esconde-se a auto exploração. Para termos uma ideia desse cenário,

Quatro em cada dez brasileiros que estão hoje no mercado informal de trabalho como prestadores de serviços ou vendedores de produtos foram motivados a deixar o emprego formal em busca de autonomia e de flexibilidade no dia a dia. Mas, ao darem esse passo, eles acabam cumprindo uma jornada mais extensa do que teriam numa empresa, com a obrigatoriedade de bater o cartão de ponto. (CHIARA, 2013).

A realidade da transição do formal para o informal, é que uma contradição se coloca ao trabalhador, em que segundo Flávio Borges (2013, apud CHIARA, 2013), “[...] a pessoa vai para informalidade porque não quer depender de patrão, mas trabalha mais horas e fica vulnerável porque não está coberta pela lei [...]”

Os fatores contribuintes para esse quadro, assim como as consequências provindas dele, são diversas. As transformações no mundo do trabalho certamente atingem a todos,

Mas em geral, os trabalhadores informais vivenciam, em maior intensidade, as mudanças ocorridas no contexto do capital e sofrem os impactos das exigências impostas neste processo. Muitos já buscaram, em vão, retornar à condição de trabalhadores formais [...]. (WEIL; NOGUEIRA, 2016, p. 41-42).

Em outros termos, os impactos advindos do cenário mundial, em diferentes escalas, atingem todos os setores, em graus diferentes. Se por um lado os que trabalham de carteira assinada gozam de um mínimo de segurança e proteção, os que utilizam as ruas e avenidas das cidades, pressionam-se cada vez, objetivando garantir seus sustentos.

Em conformidade com essa forma de pensar, Gonçalves (2002, p. 4) sinaliza que:

É importante salientar que em vários casos estas ocupações exigem dedicação total do trabalhador para que possa conseguir atingir um ganho que garanta a sua sobrevivência, noutros casos há a realização de mais de uma atividade no dia pelo mesmo trabalhador para conseguir atingir o patamar de ganho mínimo para a sua manutenção.

Sem dúvidas, o discurso do empreendedorismo tem arrastado multidões, levando-as a acreditarem que autonomia, liberdade e flexibilização, na atual conjuntura, sejam sinônimos de emancipação trabalhista.

Ser dono de sua própria jornada de trabalho, nos moldes de hoje, traz consigo danos, muitas vezes irreparáveis, à classe trabalhadora, neste caso, atuante no setor informal brasileiro.

2.2.3 Adoecimento físico e/ou psíquico

Na frenética corrida do dia a dia, em empresas ou em repartições públicas, os indesejados acidentes de trabalho continuam acontecendo. Nesses espaços formais, onde se tem a presença de normativas regulamentadoras, os dados relativos ao afastamento do trabalho só crescem. Além disso, são noticiados cada vez mais relatos de sofrimento relacionado ao trabalho.

No trabalho informal, cuja característica perpassa em ser um setor que não dispõe de regimentos de segurança, os índices de adoecimentos vinculados ao trabalho também têm sido motivos de preocupação.

Mendes e Campos (2004, p. 215) sugerem uma explicação para esse fato, ao dizerem que:

Parte das atividades do setor informal ocorre em ambientes caracterizados por: ausência de limites físicos ou territoriais, grande amplitude, desorganização ou mobilidade dos espaços de trabalho, como, por exemplo, os que trabalham na rua.

Na inexistência de vínculos empregatícios, jornadas de trabalho estabelecidas ou salários, as pessoas que exercem o trabalho informal se veem constantemente desafiadas, tendo que, muitas vezes, utilizar da criatividade como forma de escapar dos obstáculos que se apresentam. Nesse sentido, com o decorrer do tempo, passam a atingir estes sujeitos desgastes físicos e psicológicos. Acerca desse segundo, Oliveira et al. (2010, p. 276) nos elucidam de que:

O tempo insuficiente para lazer impossibilita os trabalhadores de exercitar-se, alimentar-se bem, relacionar-se com outras pessoas e poder repousar. O stress é necessário, mas não constantemente. Se for desta forma, ataca nosso sistema imunológico, tornando nosso organismo mais propenso às doenças.

O aumento do tempo dedicado ao trabalho decorrente da ampliação da jornada de trabalho determina uma redução do tempo de convivência familiar, tornando-se motivo de angústia, principalmente no que se refere à convivência com os filhos.

No mesmo pensamento, mas discorrendo sobre a integridade física dos trabalhadores, Mattos, Sandins e Mattos (2001, p. 4), relatam que:

Percebe-se a ocorrência em níveis elevados de acidentes típicos causadores de mortes e incapacidades permanentes e doenças cuja relação com o trabalho não é observada pelos serviços de saúde. Esses eventos não aparecem nas estatísticas oficiais dos órgãos governamentais.

No caso dos ambulantes, categoria de estudo desta monografia, pelo fato de seus postos de trabalho serem incertos sem nenhum tipo de regimento, uma vez adoecendo, esses trabalhadores não desfrutam de nenhum amparo hospitalar provindos de suas profissões. Portanto, as notificações de adoecimentos em decorrência do trabalho tendem a chegar com muito mais dificuldades aos órgãos competentes.

Consoante ao não registro dos dados referentes aos acidentes de trabalho, estudiosos da área comentam:

Estima-se que seja bastante alto o número de casos nesta condição [trabalho informal] que, quando somados àqueles ocorridos com trabalhadores vinculados a outras formas de contratação (como temporários, cooperativados, servidores públicos, autônomos e outros) e àqueles de setores segurados onde é comum a não notificação, revelam que as más condições de trabalho no Brasil são muito mais graves do que aparentam. (FREITAS; MATTOS; SANTOS; FORTES, 2000, p. 15).

Como por exemplo, no caso dos camelôs e guardadores de carro, os centros urbanos brasileiros, carregados de especificidades locais, trazem consigo uma série de fenômenos sociais que também atravessam a vida laboral dos trabalhadores informais. A violência urbana, como assaltos e arrastões, pode ocasionar traumas psicológicos. Por sua vez, a falta de infraestrutura, tais como iluminação, calçamento e saneamento básico, possibilitam aos indivíduos situações de choques elétricos, quedas ou contaminação.

Ampliando o leque de discussão, Giatti e Barreto (2006, p. 104) esclarecem que:

[...] a saúde é influenciada pela posição socioeconômica e esta relação se opera por diversos caminhos, seja por meio de comportamentos, efeitos biológicos, fatores psicossociais, seja por recursos diferenciais para tratamento, prevenção e promoção da saúde. O desemprego, o trabalho informal e, sobretudo, a exclusão do mercado de trabalho estiveram associados a uma pior condição de saúde entre adultos brasileiros. Às diferenças determinadas pelo trabalho se somam desigualdades de gênero, idade e escolaridade dentre outras. As desigualdades produzidas na estrutura social se refletem no processo de adoecimento.

Assim sendo, se pensarmos nessa lógica de raciocínio, as probabilidades de adoecimento do trabalhador informal se elevam ainda mais pelo fato de suas jornadas de

trabalho precisarem se estender, já que seus rendimentos, geralmente, não suprem suas necessidades de modo satisfatório.

2.3 Individualismo x coletivismo: a organização social dos trabalhadores informais

No mundo do trabalho, duas fortes vertentes auxiliam gestores a obterem maior produtividade por parte dos funcionários. A primeira delas é a geração de competitividade entre eles. A segunda, que ocorre simultaneamente à primeira, repousa na extrema importância que estes indivíduos saibam trabalhar em equipe, em conjunto.

Em relação à primeira, de acordo com Gonçalves (2002, p. 11):

O que podemos perceber é que o acirramento das atuais condições sociais e econômicas no Brasil, que exercem um efeito negativo no mercado de trabalho e consequentemente nas condições de vida da classe trabalhadora, deixa como única saída para parte crescente dos trabalhadores a busca de uma atividade por conta própria.

Sobre a presença de união entre os trabalhadores informais, temos as seguintes colocações: Mafra e Tavares (2002, p. 111), ponderam que: “É comum que as atividades do setor informal sejam resultado da mobilização e organização autônoma de trabalhadores sem condições de atuar no mercado formal e que, neste processo, muitas vezes entram em conflito com o poder público”.

Stehling (2019, p. 13-14), concorda, reiterando que:

Um aspecto importante da flexibilização do trabalho é sem dúvida a perda das identidades individuais e coletivas (DRUCK, 2011), o medo constante do desemprego e uma cultura criada no descarte social é talvez o principal motivo que desagrega e enfraquece os movimentos sociais que lutam por direitos justos aos trabalhadores. As empresas criam ambientes competitivos que colocam os trabalhadores com a condição de ser o único responsável por sua empregabilidade. Druck (2011) utiliza o termo “Ditadura do Sucesso” para descrever esse fenômeno, que fomenta essa perda de identidade coletiva com base na competição acirrada, o que gera desunião e enfraquecimento dos movimentos.

Já Luna (2017, p. 39), aponta que: “[...] esse aspecto de que a maioria dos trabalhadores não possui representatividade de sindicatos ou associações traz malefícios para os trabalhadores, visto que unidades coletivas têm maior poder de barganha com empregadores e governo.

Um outro ponto de vista que também se aproxima desse raciocínio, é o de Cockell e Peticarrari (2011, p. 1714), revelando-nos que:

O baixo nível de associativismo da classe trabalhadora, no que diz respeito tanto ao associativismo sindical como ao de classe e ao comunitário, é um atributo marcante da população brasileira. O fraco associativismo nos permite inferir a dificuldade que eles enfrentam para romper as fronteiras dos elos pessoais, embora transcendê-las seja

fundamental para o enriquecimento das redes informais e, conseqüentemente, para a ampliação da capacidade de mobilizar diferentes formas de ajuda em face da situação inesperada.

A ausência do sentimento e da ação relacionadas ao coletivo, em linhas gerais, tem se mostrado prejudicial aos trabalhadores que atuam na informalidade. Alertando-nos de que essa deficiência não é recente, Kupfer (1988, p. 50) afirma que:

A falta de identidade e representatividade foi uma das principais causas de marginalização dos direitos do trabalhador, segundo a Convenção 135 da OIT, deixando claro que a individualização dos acertos quanto as questões de trabalho são extremamente prejudiciais ao trabalhador.

Se em muitos lugares, a presença do individualismo impera, em outros, a incidência da atitude coletiva prevalece. Acerca desse auxílio mútuo, Morrone e Mendes (2003, p. 105), consoante seus estudos, ponderam que:

A relação com os colegas é determinada pela proximidade física. Com os vizinhos, esta relação é marcada pelo companheirismo, relação de amizade e de ajuda, caracterizada pela ajuda em cuidar da barraca e comercializar produtos um do outro quando o profissional se ausenta. Entre os profissionais da feira, prevalece uma relação de desunião, de individualismo: cada profissional cuida exclusivamente dos seus interesses. Esporadicamente, por iniciativa da associação, realizam reuniões, com a participação de poucas pessoas. Existem regras, estabelecidas pelo governo, de ocupação de espaço físico e de horário.

Nessa pesquisa, predominantemente os participantes demonstraram ações buscando o coletivo, exceto os feirantes, que na pesquisa, politicamente, eram mais organizados. Do referido estudo, participaram 20 trabalhadores da Feira de Importados do Distrito Federal. Esse grupo foi composto por 12 mulheres e 8 homens, com idade entre 21-30 anos, primeiro grau completo, com 1 a 2 anos nessa ocupação, e sem outras ocupações.

Ainda nesta pesquisa, as autoras puderam constatar que:

As vivências de sofrimento parecem mais associadas às relações socioprofissionais, expressas no coletivo de trabalho. Este último caracteriza-se pela ausência do exercício de um trabalho comum e de um grupo em constante interação que compartilhasse metas subjetivas, e ainda pela inexistência de acordos tácitos, de estabelecimento de regras e normas, do conhecimento e interiorização de códigos e costumes pelos trabalhadores. (MORRONE; MENDES, 2003, p. 109).

Já em outra pesquisa, de Goularte (2008, p. 75-76), o observado foi que:

Em relação à solidariedade entre o grupo de camelôs do Camelódromo, é observado, através dos relatos, uma união instável, devido sobretudo à forte concorrência entre eles, assim como relacionamentos pautados mais nas afinidades pessoais que aproximam os indivíduos, que estabelecem suas relações em “minigrupos”.

Este último exemplo citado, onde o coletivo comparece na relação entre os trabalhadores, embora exista, não pode ser considerado como modelo a ser seguido. Devido às

incertezas do ofício, da luta pela sobrevivência, a “força” do vínculo entre os indivíduos pode ser parcialmente e/ou temporariamente “diminuída”, evidenciando que o senso coletivo carece ser fortalecido.

No decorrer da pesquisa, em base de dados, não foram encontrados mais exemplos onde os vendedores informais se organizassem de forma conjunta, contribuindo para o bem comum.

Tal fato, portanto, expõe a necessidade de que sejam produzidas mais pesquisas relacionadas ao tema. Em linhas gerais, como vimos, a realidade dos trabalhadores informais brasileiros, é atravessado por dicotomias diárias, onde o pensar coletivo, muitas vezes esbarra no individualismo, que é alimentado pela precarização do setor informal.

2.4 A dinâmica dos trabalhadores informais em São Luís – MA: o contexto do setor informal ludovicense ao longo do tempo

2.4.1 Origem

Na cidade de São Luís, os primeiros registros históricos de trabalho informal datam da passagem do século XIX para o XX. Naquela época,

[...] o mercado de trabalho urbano não se estrutura no Nordeste – mediante a gradativa generalização das relações de trabalho assalariado – tendo em vista o refluxo do movimento de industrialização. Predominaram nessa região, até meados do século XX, relações de trabalho não-assalariadas que “apenas tangenciam o mercado de trabalho”. (BARBOSA, 2008, p. 263).

Além disso, as notícias retratavam um cenário urbano precário, onde as ruas estavam em condições estruturais ruins, o lixo se acumulava pelas vias e a iluminação pública se mostrava deficitária.

No interior das casas, os moradores tinham dificuldade em contar com recursos hídricos. Como estratégia para reverter esse cenário, de acordo com Azevedo (2002, p. 19), “[...] as carroças de água passavam ruidosamente a todo o instante, abalando os prédios; e os aguadeiros, em mangas de camisa e pernas arregaçadas, invadiam sem cerimônia as casas para encher as banheiras e os potes [...]”. Segundo Marques (1870), “[...] o abastecimento de água, por exemplo, era um problema crônico em São Luís”.

2.4.2 Expansão do trabalho informal

Com tamanha situação caótica se instaurando, somado à inexpressiva ação por parte do poder público da época, os habitantes daquele contexto viam-se sem muitas alternativas. Portanto, tomar as rédeas da situação e fazer tudo quanto lhes era necessário, passou a ser questão de sobrevivência. Nesse sentido, como inúmeras demandas surgindo, a necessidade de

ampliação ficava latente, no que diz respeito ao número de produtos e prestação de serviços disponíveis.

Com o passar do tempo:

Sobre os produtos diariamente mercadejados, pode-se afirmar que não se limitavam aos gêneros alimentícios, mas compreendiam um leque bastante amplo de opções oferecidas por vendedores e trabalhadores ambulantes de modo geral. (CÂMARA, 2008, p. 75).

Trazendo para uma realidade um pouco mais recente, múltiplos fatores incidem sobre as taxas de adesão ao setor informal na capital maranhense. Alguns pontos atuais que corroboram para essa decisão em relação aos trabalhadores, conforme aponta Diniz (2005, p. 81):

[...] são fatores que facilitam a expansão das atividades informais no Estado do Maranhão, a necessidade de pequenos investimentos, a baixa qualificação exigida por tais atividades, bem como a boa aceitação dos produtos pelas mesmas em meio à população local (especificamente a de baixa renda), assim, percebe-se um elevado crescimento destas atividades em razão do aumento da população da economicamente ativa (PEA) maranhense, de forma mais acelerada do que a capacidade da economia local de gerar postos de trabalho formais, do que resultam elevados períodos de permanência na atividade.

Situados em relação aos principais fatores que estimularam a ampliação do mercado informal ludovicense, tanto no passado, como no presente, analisaremos agora algumas das principais marcas deste setor na cidade.

2.4.3 Principais características

Por meio de uma pesquisa de campo produzida junto a 10 (dez) pequenos negociantes engajados no setor informal, o IBGE (2003) constatou algo similar, onde: “Todos os negócios foram criados a partir de um volume de recursos muito baixo, obtidos, basicamente, através de poupanças feitas durante o período em que os proprietários eram empregados e, em um dos casos, a partir do recebimento de uma indenização”.

Uma outra característica dos trabalhadores que atuam no mercado informal de São Luís, de acordo com uma pesquisa realizada por Assunção et al. (2005, p. 4), é que:

Dos entrevistados, 80% revelaram ser oriundos do interior do Estado do Maranhão e que vieram para São Luís em busca de melhores condições de vida. Observa-se que esse processo de migração campo-cidade pode apresentar diversas causas, porém algumas são notórias, como a estrutura fundiária excludente no campo, onde a terra é concentrada nas mãos de poucos, o que contribui para a geração de conflitos rurais pela posse da terra, aumentando o expressivo movimento rural-urbano. Somada à essa concentração, tem-se a mecanização agrícola que também contribui para tal situação.

Se na gênese, a desigualdade social-econômica era nítida do ponto de vista regional (nordestino), à medida em que o tempo passou e as capitais dos Estados foram instituídas, a discrepância foi internalizada dentro do estado do Maranhão.

Em relação à gênese do trabalho informal em São Luís, no que diz respeito às relações sociais dos vendedores,

Outro ponto importante é que a *rua* era um espaço privilegiado para esses trabalhadores amealharem a sua sobrevivência não só material, mas também social, isso se levar em consideração as teias de sociabilidade que costuravam nos lugares por onde passavam com seus tabuleiros e artefatos. (CÂMARA, 2008, p. 75).

O autor complementa, ainda, afirmando que:

Assim, se a reunião dos *trabalhadores de rua* nas praças e demais logradouros públicos, podia ser ocasião de fortalecimento das relações sociais de amizade e companheirismo, igualmente, podia, com o consumo de “bebidas espirituosas” ser momento de vivência de formas de sociabilidades [...]. (p. 76).

Se por um lado as relações sociais se mostravam amigáveis e harmoniosas, a qualidade de vida destes trabalhadores não era das mais adequadas. Pelo contrário, como vimos no subtópico que retratou o início da informalidade trabalhista em São Luís, a estrutura urbana se revelava extremamente precária, insalubre.

Olhando para cenário de hoje, a realidade destas pessoas parece não ter sofrido muitas alterações, onde:

Tais trabalhadores, no contexto da economia da capital maranhense, caracterizam-se pela precariedade das suas condições de vida e de trabalho, marcadas por baixos rendimentos, péssimas condições de moradia, e acesso irregular a serviços básicos, tais como educação, saúde, transportes, saneamento básico e abastecimento de água. (PORTO, 2007, p. 53).

Como pudemos observar, embora o processo de urbanização da cidade tenha se aperfeiçoado, não quer dizer que as consequências positivas tenham alcançado os vendedores informais de rua. Passado e presente, em determinados aspectos, parecem ter sido mantidos intactos. Acerca das dificuldades enfrentadas pelos vendedores informais, a seguir, abordaremos este assunto com maiores detalhes.

2.5 Perfil dos (as) trabalhadores (as) informais da capital maranhense

De acordo com duas pesquisas já realizadas em São Luís que abordaram essa temática, logo abaixo, serão trabalhados os seguintes aspectos relacionados ao perfil dos trabalhadores informais: sexo/idade, escolaridade e renda. As amostras das pesquisas, foram: Matos (2010) com 93 participantes; Santos e Mesquita (2016) com 40 participantes.

2.5.1 Sexo e idade

Na pesquisa de Matos (2010, p. 36), em relação ao sexo, foi observado “[...] que quase em todas as faixas etárias há uma predominância do elemento do sexo masculino, com exceção da faixa entre 21 e 30 anos que acontece um empate entre a quantidade de homens e de mulheres em atividade”.

Santos e Mesquita (2016, p. 39), apontam que: “[...] a maioria dos participantes está na faixa etária entre a população adulta mais velha, com idade entre 50 e 59 anos, e a população mais jovem, com idade entre 18 e 29 anos”.

2.5.2 Escolaridade

No que diz respeito ao grau de instrução, Matos (2010, p. 38), nos informa que:

[...] considerando-se de baixa escolaridade as pessoas com nível escolar até o ensino fundamental incompleto, percebeu-se entre os pesquisados a existência de um número significativo de pessoas com este nível escolaridade, correspondendo a 26,9% dos homens e 23,1% das mulheres, atuando nas atividades do setor informal. Enquanto isso, os maiores índices em grupos individuais concentram-se nos indivíduos com o segundo grau completo, respondendo os homens com 34,3% com este grau de escolaridade e as mulheres com 42,3%, o que pode ser considerado um nível educacional bom para o tipo de atividade profissional exercida.

Santos e Mesquita (2016, p. 39), sinalizam que “A maior parte dos trabalhadores entrevistados apresenta ensino médio incompleto”. Além disso, os autores apontam para o fato de que: “[...] a baixa escolaridade encontra-se associada ao trabalho informal, esse contingente populacional excluído do mercado formal encontra na atividade de camelô uma das poucas alternativas de renda.

2.5.3 Renda

No que diz respeito à questão financeira dos trabalhadores informais, Matos (2010, p. 39) discorre que:

As respostas ao questionamento para cada uma das faixas de renda desta questão foram às seguintes: para o ganho de até um SM 20,9% dos homens e 19,2% das mulheres afirmaram estar com a renda situada nesta faixa; na faixa de mais de um, até dois SM as respostas foram que 55,2% dos homens e 53,8% das mulheres; na faixa de ganho de mais de dois, até três SM 16,4% dos homens e 19,2% das mulheres; na faixa acima de três até quatro SM as respostas foram que 4,5% dos homens e 3,8% das mulheres; para a faixa acima de quatro, até cinco SM as respostas foram que 3,0% dos homens e 3,8% das mulheres; nenhum dos pesquisados, homem ou mulher, assumiu ter renda mensal superior a cinco salários mínimos.

Em sua pesquisa, Santos e Mesquita (2016, p. 39) mostram que “A renda média diária dos camelôs foi de cerca de R\$ 64,00 reais no presente estudo [...]”. Os autores afirmam, ainda,

que: “Pode-se destacar ainda que a renda diária foi a principal vantagem citada pelos ambulantes”.

2.5.4 Produtos, serviços oferecidos e parcerias

Assim como no mercado formal, a informalidade do trabalho, ao passar do tempo, tem requerido dos indivíduos competências cada vez mais seletivas. Para além da força de vontade ou disposição a trabalhar com riscos eminentes, os trabalhadores informais de hoje são chamados a ter visão de mercado, saber olhar ao seu redor e perceber quais as melhores estratégias para obter sustento.

Nesse sentido, o que podemos ver nos espaços urbanos, trata-se da ampliação da oferta de produtos e serviços por parte destes trabalhadores. Se há algum tempo víamos apenas bombons sendo comercializado, hoje, com a entrada de um grande contingente de pessoas, a tendência do mercado é ficar saturado para determinados segmentos.

Por isso, olhando para o meio em que vivemos, não seria um exagero afirmar que podemos encontrar quase tudo no setor informal. No quadro a seguir, podemos observar uma parcela da gama de possibilidades:

Quadro 2 – Produtos e serviços do setor informal em São Luís

Produto	Serviço
- Gênero alimentício em geral (bife lanches, doces);	- Guardadores de carro (flanelinha);
- Aparelhos eletrônicos (controles de televisão, rádios, fones de ouvido);	- Lava a jato
- Utensílios para a casa (toalhas de prato, artigos de ornamentação);	- Carregadores de compra (não vinculados ao estabelecimento)
- Acessórios para o corpo (cordões, relógios, meias, bonés);	- Carroceiros (carregam lixo, entulhos, objetos desvalorizados/danificados)
- Materiais para estudo (apostila, livros)	- Amoladores (de facas, tesouras, alicates)

Fonte: autoria própria.

Além destes, outros inúmeros produtos também podem ser vistos sendo vendidos pela cidade. Quanto aos serviços prestados, a tendência é que as possibilidades aumentem, já que muitas pessoas têm ocupado estes espaços, fornecendo sua mão-de-obra.

Diante desse cenário de crescentes demandas como forma de fornecer suporte aos trabalhadores informais, frente a desigual concorrência com empresas ou comércios

formalizados, o poder público municipal oferece, esporadicamente, auxílios em forma de cursos.

A Secretaria Municipal de Segurança Alimentar de São Luís, por exemplo, forneceu orientações, informando que:

A capacitação é um diferencial por qualificar e formalizar os vendedores informais e pessoas que atuam neste ramo para a atividade. Desta forma, a Prefeitura chama a atenção ao trato correto com os alimentos, respeitando a legislação e, ao mesmo tempo, zelando pela saúde dos consumidores", pontuou a titular da Sems, Fatima Ribeiro. A capacitação é uma exigência da Vigilância Sanitária e ao final, é concedido documento que valida e confirma a adequação para o trabalho na venda informal. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2019).

Além disso, as capacitações também chegaram aos comerciantes informais que utilizam as praças da cidade. Nesse sentido, o exemplo a seguir traz mais informações sobre as ações desenvolvidas:

[...] por meio das secretarias de Planejamento e Desenvolvimento (Seplan) e Projetos Especiais (Sempe), promoveu, esta semana, um ciclo de capacitações aos ambulantes que trabalham nas praças da Saudade, Misericórdia, Bíblia e Parque do Bom Menino. [...] É um trabalho de capacitação e realocação dos ambulantes para que, assim, gerem novas perspectivas e novas formas de administração do seu negócio. Outra questão importante, que vale ressaltar, é que a grande maioria dos ambulantes que estão trabalhando nessas praças, não são formalizados. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2019).

Em suma, com a explosão do número pessoas que buscam o mercado informal para trabalhar, na mesma via, o poder público tem tentado controlar este setor, padronizando-os, por exemplo. Nessa mesma linha de exigência, os próprios clientes, com o passar do tempo, começam a ficar atentos não só à higienização dos produtos, mas também à qualidade em si.

2.5.5 Principais pontos de atuação na cidade

Se por um lado “o que vender” tem sido motivo de dúvida, preocupação, por outro, o “onde vender” também instiga a criatividade por parte dos ambulantes. Se antigamente tínhamos como referência a principal rua de comércio popular (Rua Osvaldo Cruz, mais conhecida como Rua Grande), como reduto dos camelôs, hoje em dia, com a expansão do setor informal e também devido à revitalização do centro comercial, novos espaços passaram a servir de ambiente de trabalho para estas pessoas.

2.5.5.1 Feiras

A situação das feiras de São Luís, enquanto ambiente de trabalho dos comerciantes informais, tem sido tema de preocupação pelas autoridades e reclamação, por parte dos

usuários. Situado na região central da capital maranhense, o Mercado Central é visto como uma nítida ilustração do descontentamento.

Figura 3 – Mercado Central de São Luís



Fonte: g1.globo.com.

Porém, a tentativa de melhorar essa criticada realidade tem sido realizada por intermédio dos órgãos públicos, que, com essa ação, objetivam promover um ambiente mais organizado e agradável a trabalhadores e consumidores.

Figura 4 – Mercado de Todos (Cohab)



Fonte: wikimapia.com.

Contudo, no município de São Luís, a realidade predominante ainda é da falta de infraestrutura. Muitas feiras ainda se encontram deterioradas, desgastadas pela ação do tempo e da não realização de reformas. Mesmo assim, a circulação de pessoas ainda se mostra grande, onde consumidores e vendedores utilizam do mesmo espaço com finalidades distintas.

2.5.5.2 Rua Osvaldo Cruz

Por muitas décadas, considerada a principal localização da cidade para a realização de compras em geral, a Rua Osvaldo Cruz, popularmente chamada de “Rua Grande”, aglutinava moradores dos quatro cantos da ilha. Vendendo ou comprando, a via pública, para muitos, era a opção mais completa em termos de escolha de produtos.

Figura 5 – Rua Grande antes da reforma urbanística



Fonte: ma+.

Contudo, com a intensa e contínua circulação de pessoas, além da ausência reformas por parte do poder público, a Rua Grande foi perdendo sua infraestrutura, seu “brilho”. Além disso, com a chegada e ascensão dos shopping centers na cidade, foi tomando um lugar secundário, levando as autoridades locais a intervirem na decadente situação.

Um outro ponto que também era motivo de reclamação para muitos frequentadores da Rua Grande, era a presença maciça de camelôs ocupando as calçadas da via e as ruas transversais. Para satisfação de uns e descontentamento de outros, em 2018, a Rua Osvaldo Cruz passou por profunda reforma, ganhando aspectos mais “urbanísticos”.

Figura 6 – Rua Grande após a reforma urbanística



Fonte: imirante.com.

Após a reforma, os ambulantes foram todos remanejados para as ruas transversais, não permanecendo nenhum na Rua Osvaldo Cruz. Contudo, como podemos ver na Figura 6, com o passar do tempo, esses trabalhadores encontraram estratégias de continuarem suas vendas na via principal. Hoje em dia, de forma gradual e discreta, muitos deles têm retornado à Rua Grande.

2.5.5.3 Praças

Reduto trabalhista para muitos vendedores informais, as praças da cidade também foram e estão sendo alvo de reformas pelos governantes. Como já vimos, o poder público, juntamente com os usuários requerem padronizações e qualidade no setor. A Praça Deodoro (ver figura 4), por exemplo, nos anos anteriores à reforma encontrava-se extremamente utilizada pelos ambulantes e seus usuários.

Figura 7 – Barracas de ambulantes antes da intervenção municipal



Fonte: G1 Maranhão.

Alvo e motivo de reclamação por muitas pessoas, as praças, no que diz respeito a vendas, também ficaram menos movimentadas, já que os trabalhadores foram remanejados para outros locais.

Figura 8 – Barracas de ambulantes após a intervenção municipal



Fonte: Blog do Ronaldo Rocha.

A interação entre os órgãos públicos e os comerciantes informais têm acontecido com maior frequência, como já vimos. Contudo, noutros locais, a relação harmoniosa não tem se estabelecido, gerando transtorno para ambos os lados.

2.5.5.4 Terminais Rodoviários de Integração

Ambiente de conexão, troca ou transição, os cinco Terminais de Integração de São Luís² costumam receber, diariamente, milhares de usuários do transporte coletivo. Subindo, descendo ou esperando, o tempo em que o passageiro trafega nesses lugares é visto como oportunidade de obter sustento pelos trabalhadores informais. Contudo, assim como nos dois exemplos anteriores, reclamação também começaram a surgir, em função da sujeira, tumulto e desordem.

Figura 9 – Vendedores ambulantes dentro dos Terminais de Integração



Fonte: Marcos Aurélio D'Eça.

² Terminal de Integração Distrito Industrial/Maracanã
Terminal de Integração São Cristóvão
Terminal de Integração Cohab/Cohatrac
Terminal de Integração Cohama/Vinhais
Terminal de Integração Praia Grande

Diante da insatisfação que se instaurava, novamente o poder público municipal foi chamado a dar solução ao problema. Sem apresentar muitas alternativas, as autoridades locais retiraram os vendedores dos terminais, gerando transtornos aos trabalhadores.

Mais uma vez, assim como no caso da Rua Grande, os vendedores precisaram se readaptar à nova realidade que lhes foi imposta.

Figura 10 – Vendedores ambulantes trabalham próximo de Terminal de Integração



Fonte: G1 Maranhão.

Outra forma também encontrada por aqueles que não têm barracas, foi vender seus produtos de forma discreta, carregando-os nas mãos e em mochilas. Esse mecanismo desenvolvido tem permitido com que suas vendas sejam realizadas, já que o interesse por grande parte dos passageiros é mantido.

2.5.5.5 Praias

Assim como nos outros estados litorâneos do país, as praias ludovicenses costumam ser muito procuradas por turistas e moradores locais. Embora a balneabilidade delas esteja sob constantes questionamentos, o movimento pelas faixas de areia, geralmente, é acentuado. Nesse cenário de multidões, os vendedores informais, ao longo do tempo, encontraram clientelas dispostas a consumir produtos em geral.

Figura 11 – Ambulante vendendo óculos de sol em praia de São Luís



Fonte: oimparcial.com.br

Figura 12 – Ambulante vendendo balões em praia de São Luís



Fonte: oimparcial.com.br.

Protetores solar, comida e brinquedos são apenas algumas das mercadorias comercializadas à beira-mar. Com a chegada de novos vendedores nas praias, a tendência natural foi ter havido uma expansão na oferta de produtos, já que com essa atitude, diminui-se a concorrência e aumentam-se as possibilidades de vendas.

2.5.5.6 Transportes coletivos

Na capital maranhense, ônibus, vans e carros-lotação dividem a tarefa de deslocar passageiros de um lugar a outro. Dentre os três citados, os carros-lotação são os que não recebem os vendedores, devido sua estrutura física. O ônibus, por sua vez, é o que faz a maior cobertura em toda a cidade, além da região metropolitana. Além disso por seu tamanho e quantidade de pessoas que se alocam dentro, os ônibus são mais utilizados do que vans.

Diariamente, milhares de pessoas fazem uso deste grande meio de transporte para inúmeras finalidades, como trabalho e estudo, por exemplo.

Uma outra característica que favorece a utilização dos ônibus pelos trabalhadores informais, é o fato de existirem grandes engarrafamentos que prolongam os trajetos por um período a mais de tempo. Os coletivos que circulam com a capacidade máxima de passageiros (muitas vezes ultrapassando o limite máximo) encontram as vias públicas sem engarrafamento, gerando a possibilidade dos vendedores não conseguirem anunciar seu produto. A concretização da venda, portanto, poderia ser diminuída, visto que se os ônibus se locomovem de maneira mais rápida, os passageiros chegam ao seu destino em menos tempo.

Ao longo deste tópico vimos, apenas, algumas das características que constituem a mercantilização de produtos no interior dos transportes públicos ludovicenses, em especial, o ônibus. A seguir, com maiores detalhes, veremos outras importantes informações acerca deste assunto.

2.6 Aspectos previstos na lei sobre a atuação de vendedores informais em coletivos

O espaço público, que ao longo do tempo foi se tornando um solo fértil encontrado pelos vendedores para a comercialização de mercadorias, também trouxe consigo consequências negativas que culminaram na tomada de medidas por parte dos poderes públicos. Como forma de evitar maiores transtornos,

Em algumas metrópoles e cidades brasileiras, procura-se regulamentar as atividades comerciais de camelôs e vendedores de rua, designando para esses espaços específicos na cidade. Geralmente, em locais de pouco fluxo de pessoas para que, entre outras coisas, não entrem em conflito direto com o interesse de lojistas nem dificultem o trânsito em calçadas. (LAURENTINO, 2006, p. 311-312).

Nesse mesmo sentido, somos situados de que:

É o caso dos ambulantes, camelôs, flanelinhas, vendedores e malabaristas de faróis, artistas, etc. Como já dito anteriormente, o Estado procura regulamentar essas atividades estipulando novas áreas para permanência ou, em muitos casos, reprimindo as mesmas. (LAURENTINO, 2006, p. 314).

Como já vimos, não só as praças e demais logradouros viraram espaços de vendas. Os transportes públicos, com o surgimento de cada vez mais vendedores, também passou a estar mais ocupado e, conseqüentemente, ter olhares exclusivos por parte do poder público.

No Brasil, por conta dos inúmeros problemas ocasionados nesse setor de vendas nos coletivos, diversas cidades optaram por uma saída mais “radical”, que foi a proibição. Dentre elas, destacamos três exemplos a seguir. O primeiro deles acontece em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais:

Mesmo sendo ilegal, o comércio de guloseimas é cena comum no transporte público da capital. Para ter acesso aos passageiros, os ambulantes pagam a passagem em um dos terminais de transferência do Move e passam o dia vendendo doces entre uma estação e outra, assim como nos vagões do metrô.

Em Belo Horizonte, desde 2008 o Decreto Municipal 13.384 proibiu essa prática nos ônibus da capital. Se ambulantes forem flagrados nos veículos, os consórcios podem ter que arcar com multa de até R\$ 92,33, mas as mercadorias não são apreendidas. (SALES, 2014).

Em outra capital, mas situada na região nordeste do país, a proibição também se repete, onde:

É uma cena comum ver ambulantes vendendo pipocas, águas e doces nas ruas do Recife, como também em ônibus e principalmente nas paradas e terminais. Fato é, que mesmo tão difundida e tão realizada no cotidiano, a comercialização de produtos ambulantes é uma prática proibida dentro dos coletivos e terminais.

Através do decreto nº 14.846, ficou proibida, por força de lei, a comercialização de produtos em frente aos terminais e dentro do ônibus. O regulamento foi aprovado pelo Conselho de Transportes Urbanos. O terminal de ônibus do Cais de Santa Rita, no bairro de São José, que é considerado um dos maiores pontos de embarque/desembarque da cidade, possui fiscais do Consórcio de Transporte Grande Recife, mas isto não impede a ação dos ambulantes. (BANDEIRA, 2013).

O terceiro exemplo acontece no interior do estado de São Paulo, no município de Sorocaba, na qual somos informados que:

Fica vedado ao ambulante ingressar em veículos de transporte coletivo para efetuar a venda de produtos”. É o que determina a Lei nº 11.566, de autoria do vereador Luís Santos (Pros), publicada no Jornal Oficial do Município de terça-feira, 1º de agosto. Além de proibir o comércio ambulante, a nova lei proíbe também solicitações a passageiros que gerem constrangimento com finalidade de obtenção de vantagem. Os infratores serão advertidos para se retirarem do ônibus, sob pena de multa de R\$ 100,00. A lei prevê, ainda, que os ônibus poderão conter em seu interior uma placa informando sobre a proibição prevista na lei. (NAVE.ORG, 2017).

Observando as três realidades citadas, podemos observar que é do governo municipal a responsabilidade de legislar sobre a permissão ou proibição da atuação dos vendedores nos coletivos das cidades brasileiras. Além disso, outro ponto notório é a presença de multas como forma de punições aos infratores da lei.

Já na capital maranhense, a Prefeitura de São Luís, na Lei Nº 3.430, de 31 de janeiro de 1996, nos informa que “São obrigações comuns a motoristas, cobradores, despachantes e fiscais, quando em serviço: [...] VI - proibir o acesso de vendedores ambulantes, pedintes e pessoas alcoolizadas no interior do veículo [...]”. (SÃO LUÍS, 31 de janeiro de 1996).

Em solo ludovicense, podemos notar que desde aquela época disposições legais por parte do poder público já eram tecidas acerca da atuação de vendedores informais dentro dos transportes coletivos da capital. Quanto aos dias atuais, nas pesquisas realizadas, não foram encontrados registros de Leis ou outros documentos legais e mais recentes que façam ponderações sobre esse tema.

3 METODOLOGIA

3.1 Ética na pesquisa

Foram adotadas as normas para pesquisas incluindo seres humanos, estabelecidas pela resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016). Como documento de formalização da autorização dos participantes para a realização da pesquisa, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE A), documento este cujo objetivo perpassa em esclarecer e proteger o sujeito da intervenção, além do pesquisador, manifestando, assim, seu respeito à ética no desenvolvimento do trabalho.

3.2 Tipo de pesquisa

O presente estudo tem como características ser qualitativo e exploratório. De acordo com Chizzotti (2003, p. 221) “A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo [...]”. Desta forma podemos observar que são adotados métodos diversos de investigação para o estudo de um fenômeno, mas sempre fazendo o movimento de contextualização com seu local de surgimento/aparecimento.

3.3 Local

Os locais de realização da pesquisa foram em pontos de ônibus situados no Mix Mateus da Estrada de Ribamar e no Dalplaza Center, no bairro da Cohab. Portanto, como podemos observar, entrevistas aconteceram em locais abertos, com intensa circulação de pessoas e veículos.

As coletas foram realizadas nestes lugares por se tratar de pontos estratégicos de acesso aos transportes coletivos por parte dos vendedores, uma vez que os ônibus param que passageiros subam e desçam de acordo com suas necessidades. As entrevistas aconteceram nos dias 21, 22 e 23 de outubro de 2020.

3.4 Participantes

Nesta pesquisa foram entrevistados 4 participantes que estavam aptos a participar do estudo, visto que os mesmos preencheram, rigorosamente, todos os requisitos.

Com base nos critérios de inclusão, fizeram parte da pesquisa indivíduos que: trabalham com vendas informais em transportes coletivos de São Luís há pelo menos 01 ano; já passaram

por situação(ões) de conflito(s) para com pares; aceitaram assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Com base no critério de exclusão, não puderam fazer parte da pesquisa: os vendedores que tiverem idade inferior a 18 anos ou trabalharem vinculados a qualquer tipo de Instituições ou Entidades.

Visando manter o sigilo dos participantes, a seguir, estes foram mencionados pelas letras A, B, C e D.

3.5 Instrumentos

Para a realização da pesquisa, foi construído um roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE B) visando coletar informações relevantes que buscam o cerne da questão do problema. Nesse sentido, o questionário foi aplicado de maneira individual com cada participante da pesquisa.

Acerca do instrumento, este possui um breve levantamento sociodemográfico, seguido de 3 perguntas introdutórias, 6 intermediárias e 2 conclusivas. Ao todo, o instrumento possui 12 sentenças a ser respondido.

3.6 Procedimentos

3.6.1 Coleta de dados

A coleta dos dados aconteceu em dois dias seguidos. No primeiro momento, após algum período observando qual a melhor estratégia e o melhor momento para fazer a abordagem, apenas uma entrevista foi realizada, embora muitas outras tentativas tenham sido feitas.

Já no segundo momento, as outras três participações aconteceram de maneira mais rápida, onde os vendedores não se esquivaram ao perceberem do que se tratava tal abordagem. A cada ida ao local de coleta dos dados, eram realizadas conversas diretas, mediante à uma apresentação prévia por parte do pesquisador.

3.6.2 Análise de dados

Com o auxílio da Psicodinâmica do Trabalho e de referenciais teóricos voltados pra área do trabalho informal, as análises foram feitas de acordo com os conteúdos surgidos a partir das respostas emitidas por meio das entrevistas.

Ressaltamos que todas as teorias contidas no presente estudo lançam mão de pontos de vista críticos em relação à realidade vivida no trabalho. Alinhado à isso, também foram feitos

paralelos com o referencial teórico encontrado nas pesquisas bibliográficas consultadas em bases de dados, como a Scielo e a Pepsic, além do acervo da UFMA.

Por fim, como forma de também dialogar com os dados coletados na pesquisa, casos reais de conflitos de trabalho entre os vendedores foram selecionados junto à sites de notícias especializadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização geral

O Quadro 3 apresenta o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa. Trata-se de 4 vendedores de mercadorias nos coletivos, todos do sexo masculino. As idades entre eles variam de 31 a 50 anos e suas escolaridades variam do Ensino Fundamental Completo ao Ensino Médio Completo.

Quadro 3 – Perfil Sociodemográfico dos participantes da pesquisa

Entrevistado	Idade	Sexo	Grau de Instrução
A	31	Masculino	Ens. Fund. Completo
B	34	Masculino	Ens. Médio Completo
C	38	Masculino	Ens. Fund. Completo
D	50	Masculino	Ens. Médio Completo

Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2020).

De um modo geral, no exercício da atividade de vendas nos coletivos em São Luís, existe um predomínio de sujeitos do sexo masculino. Embora a presença feminina seja minoria, ela existe e também divide espaço com os homens. Para realização desta pesquisa, 4 mulheres foram contactadas, sendo que duas se negaram a ceder entrevista e as outras duas disseram nunca ter passado por situação de conflito com os pares.

4.2 Tempo de serviço, jornada de trabalho e pontos de venda

Em seguida, após o registro dessas informações preliminares, foram inicialmente feitas três perguntas. No quadro 4, podemos observar as respostas emitidas pelos entrevistados:

Quadro 4 – Respostas dos participantes da pesquisa

Entrevistado	<i>Há quanto tempo você atua no ramo de vendas nos coletivos?</i>	<i>Quantas horas por dia você dedica ao seu trabalho?</i>	<i>Há pontos/rotas de vendas estratégicas nas quais você percebe que as vendas são melhores? Se sim, quais são?</i>
A	15 anos	9:00 às 16:00	Sim. Cohab – Cohama (Terminais de Integração)
B	8 anos	8:00 às 16:00	Sim. Mateus na Estrada de Ribamar / Shopping Pátio Norte / Renascença
C	3 anos	8:00 às 17:00	Sim. Dalplaza Center / Rio Anil Shopping / Mateus Supermercados na Cohab
D	1 ano	8:00 às 18:00	Sim São Francisco / Centro / São Cristóvão

Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2020)

Como podemos ver, muitos desses sujeitos que atuam no ramo da informalidade, por não conseguirem um emprego formal a curto prazo, acabam por ficar no setor de vendas nas ruas por um longo período. Além disso, a questão da jornada de trabalho também revela a contradição da auto chefia, já que os:

[...] ambulantes, que são aparentemente proprietários dos seus meios de trabalho, por possuírem determinadas mercadorias, assim como o equipamento para transportá-las. Ou seja, eles obtêm as mercadorias, comprando em algum depósito ou através de consignação, e o suporte, como o isopor, para assim trabalharem. Esses sujeitos estão completamente subordinados ao mercado, tanto ao adquirir as mercadorias quanto para vendê-las, contribuindo para o escoamento da produção capitalista. E a suposta autonomia que possuem no cotidiano do seu trabalho, por “não possuírem chefes” e serem “donos” do seu negócio, mascara a exploração a que estão submetidos, ainda que a condição de proletariado seja notória. (JORDÃO; STAMPA, 2015, p. 11).

Mesmo diante da realidade de auto exploração muitas pessoas ainda buscam, no trabalho informal de rua, os recursos necessários para sua sobrevivência. Uma vez que os postos formais de trabalho se encontram escassos e extremamente precarizados, “a luz no fim do túnel” propagada maciçamente repousa no ato de empreender.

4.3 Aumento da taxa do trabalho informal em São Luís e as consequências desse crescimento

Sobre esse aumento do número de vendedores informais nos coletivos, foi perguntado: *“você nota que o número de adeptos à venda de mercadorias nos coletivos tem crescido nos últimos anos em São Luís? Como você analisa esse aumento?”* Os quatro participantes emitiram respostas concordando com a primeira parte da pergunta, sendo unânime também o fator desemprego como causa principal geradora do crescimento da informalidade trabalhista.

O entrevistado A, diante da segunda parte da pergunta, com a cabeça baixa, desabafou: “Vai-se fazer o quê?!”. Os participantes C e D apontaram, ainda, a pandemia do Covid-19 como um fator que agravou a situação, o que corrobora com a informação de que:

De acordo com o Presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes e Similares de São Luís, Carlos Cunha Santos, antes da pandemia, a capital maranhense tinha mais de mil camelôs. Atualmente, Carlos diz que contabiliza um aumento de 30%. Segundo Carlos Cunha, antes do novo coronavírus se alastrar pela cidade, havia 1.500 vendedores ambulantes, na região central de São Luís, tendo como principais espaços a Rua Grande, Rua de Santana, Rua da Paz, Mercado Central e a Avenida Magalhães de Almeida. “O fator desemprego foi fundamental para este crescimento nas vendas informais [...]”. (O IMPARCIAL, 2020).

Como forma de avaliar os desdobramentos da crescente busca pelo setor, observemos o Quadro 5 com as perguntas feitas aos entrevistados:

Quadro 5 – Respostas dos participantes da pesquisa

Participante	<i>Em sua opinião, com a chegada de novos colegas de trabalho, o “mercado”, em algum momento, pode ficar saturado?</i>	<i>Quais seriam as possíveis consequências disso?</i>
A	A tendência é só aumentar	Vai diminuir as vendas
B	Sim, muito.	Muita confusão, muita briga
C	Acredito que sim	Roubo dos de fora. A maioria dos vendedores não é daqui. Se bem que os mais velhos saem, né?
D	Já tá ficando. Já está saturado	Briga entre os vendedores

Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2020).

A partir das respostas dos participantes podemos observar algumas das fontes geradoras dos conflitos no ambiente de trabalho. À medida que o quantitativo de vendedores nos ônibus aumenta, a probabilidade de disputa por território, espaço e clientela também tende a crescer. Além da queda nas vendas de cada um dos trabalhadores, outra questão que surgiu foi a vinda

de vendedores de outros estados, fazendo com que a já acirrada concorrência, se eleve a patamares ainda mais acentuados.

Dialogando com essa realidade, somos situados que:

A historicidade desse contexto estrutural do mercado de trabalho, tanto nacional quanto local, tem como características uma dinâmica de geração das ocupações que passa a depender cada vez mais das condições de oferta do que das de demanda por trabalho, o crescente acirramento da competição no interior da classe trabalhadora por uma ocupação a qualquer custo e um processo de inchamento de atividades em setores do terciário intensivos em mão-de-obra de pouca qualificação, tais como as que se observam na maior parte do comércio ambulante e nos serviços pessoais. (LOPES et al., 2008, p. 261).

4.4 Os conflitos

Cientes da existência do acirramento no relacionamento de trabalho entre os vendedores nos transportes coletivos, foi perguntado a cada um deles o seguinte: *desde que começou a trabalhar com vendas em coletivos, você já se desentendeu com algum(a) colega de trabalho? Comente como foi esse momento.* Em relação à primeira parte da pergunta, todos responderam que “sim”, complementando o entrevistado B com a expressão “demais”. No que diz respeito ao momento do desentendimento, os quatro entrevistados disseram ter discutido verbalmente, com insultos, mas sem partirem para agressões físicas.

Entretanto, as experiências descritas acima pelos participantes nem sempre são uma realidade comum a todos os contextos e lugares. Por motivos diversos, muitas vezes, a expressão corporal extrapola as palavras e culmina na utilização da força física. Como ilustração a esse fato, temos o seguinte episódio:

Uma briga entre vendedores ambulantes, nesta quinta-feira (6) em Três Lagoas – a 338 quilômetros de Campo Grande, quase terminou em tragédia se a polícia não chegasse a tempo e impedisse um deles de ser esfaqueado. Informações do boletim de ocorrência são de que a vítima durante a parte da tarde desta quinta (6) passou a vender balas no ponto do autor, que irritado pediu para que o vendedor fosse embora. Quando as balas do autor caíram no chão e a vítima passou a pisoteá-las os dois entraram em luta. Sendo que a vítima correu atrás do autor e desferiu um soco no seu rosto, momento em que o vendedor foi até uma loja, comprou uma faca e correu atrás da vítima para esfaqueá-la. Mas, a polícia que já havia sido chamada impediu o crime levando o autor para a delegacia. (MELO, 2019).

4.4.1 Os motivos

Como forma de compreender mais sobre os desentendimentos, foi perguntado: *na sua opinião, quais os possíveis motivos que levam aos conflitos entre colegas de trabalho?* Os participantes deram as seguintes respostas: Entrevistado A: “Ah, é briga por vez, né? É normal isso acontecer”. Entrevistado C: “É por causa que a gente empresta dinheiro um pro outro.

Também é porque os outros não esperam a nossa vez”. Entrevistado D: “Às vezes o cara vem mal humorado, zangado com algum problema de casa, sabe?”.

Nessa mesma linha de entendimento pessoal, o participante a seguir relata que é um:

Desentendimento por busca de espaço. É uma disputa frenética o dia todo. Você pode reparar que em cada parada de ônibus que você desce é quatro, cinco pessoas trabalhando no mesmo ramo que o seu, então fica difícil você ter que esperar a pessoa subir, ter a oportunidade dele, pra depois você conseguir a sua oportunidade. É complicado. (Entrevistado B).

Diante das falas emitidas, podemos perceber que os motivos geradores dos conflitos também podem ser diversos. Questões pessoais como humor, personalidade ou ainda um problema que o indivíduo esteja passando em casa, acabam repercutindo no ambiente de trabalho dos vendedores informais, quer seja com os pares, os passageiros ou com os motoristas e cobradores.

Já numa visão mais ampla e generalista, encontramos a luta pela sobrevivência como estrutura causadora dos acirramentos. O desespero, que passa a ser o sentimento comum grupo, faz com que as relações fiquem cada vez mais conflituosas e tensas por conta da extrema necessidade de vender os produtos para conseguir suprimentos em geral.

4.4.2 Estratégias de mediação

Embora as discussões verbais e as agressões físicas sejam realidades presentes nos ambientes de trabalho dos vendedores dos transportes coletivos, a criação de estratégias pessoais para evitar os desentendimentos, com o passar do tempo, também passa a fazer parte desse contexto. Nesse sentido, foi perguntado: *você tem e utiliza estratégias de mediação para evitar estes conflitos? Se sim, quais seriam?* Todos os entrevistados responderam que adotam medidas para se esquivarem dos atritos de trabalho com os colegas. O entrevistado A respondeu: “Eu deixo pra lá. Não gosto de briga”. Nessa mesma linha de pensamento, o entrevistado B revelou que:

Deixa passar despercebido. Eu encontro essa alternativa de deixar pra lá. Fazer de surdo, até porque eu tenho duas filhas e tenho uma esposa me esperando em casa. Eu não sei que atitude ele vai ter sobre a minha pessoa. Então eu tenho o propósito de voltar são e salvo pra dentro da minha casa. Eu não sei qual que é a intenção dele, tá? Eu aprendi desta forma: deixa ele trabalhar, deixa ele fazer o trabalho dele...eu sei que eu vou ter a minha oportunidade cedo ou tarde...eu vou conseguir fazer o meu trabalho. Então, é cabeça fria, focar em Deus [...].

O participante C, por sua vez, respondeu que: “Eu deixo ele à vontade. Não discuto. É muito ônibus que tem por aí. Eu falo pra ele ter calma [...]”. Por fim, o entrevistado D colocou o seguinte: “O negócio é não discutir...ele vai bater boca só”.

Diante das falas concedidas pelos vendedores, podemos notar a voluntária desistência de entrar em conflitos, em detrimento de motivos diversos, dentre eles, o fato de terem família, preservarem a si mesmos e, principalmente, saberem que, em algum momento, conseguirão realizar suas vendas.

4.5 Relação de trabalho e parcerias

Como forma de compreender mais e melhor a convivência no ambiente de trabalho dos vendedores informais, foram feitas as duas perguntas. A primeira delas, diz: *como você considera sua relação de trabalho com os outros vendedores? Há um predomínio maior do senso individualista ou do grupo?* As respostas emitidas foram: A: “Boa, amigável e de união. O grupo prevalece.”; O entrevistado B, por sua vez, diz que é:

Sadia. Tenho muitos vendedores conhecidos, amigos de verdade no dia a dia. Eu me vejo muito acolhido [...]. É muito individualista...até porque como eu falei é muito complicado porque são várias pessoas com o mesmo propósito, com o mesmo intuito de ganhar o pão de cada dia. Às vezes pra mim hoje pode tá sendo bom, eu posso tá ganhando...chega meio-dia eu posso tá com meu propósito, com minha meta concluída...mas tem parceiro aí, tem amigo que ah... já não tá com a mesma condição que a minha. Então, é muito individualista, porque se ele não tá com a mesma condição que a minha de bolso, se ele não conseguiu concluir a meta dele, ele vai correr muito, sabe? Ele às vezes até te pedir oportunidade pra tomar a tua frente que a situação dele tá complicada. Então, é muito individualista.

Já o participante C comenta que: “A gente se dá bem...tem respeito mútuo. A relação é grupal, a gente tem até um grupo de whatsapp dos vendedores [...]” e o vendedor D nos conta que é: “É boa. Tudo de bom, tem união. A gente se respeita”.

Embora as relações interpessoais-trabalhistas se mostrem individualistas e conflituosas em muitos casos, diante das falas emitidas, podemos perceber que, nesse contexto de vendas informais, também há presença de atitudes grupais, coletivas, que geram relações amigáveis.

De acordo com Giddens (1991, p. 74-75) “Na rede de solidariedade dos vendedores informais, o contato com o cotidiano no espaço público e a ajuda mútua diante de situações complexas de sobrevivência fundam “relações de confiança”. Tal comportamento logo será reconhecido e legitimado entre os ambulantes estabelecidos (BECKER, 2008). Assim, os laços sociais entre os vendedores são orientados por um regime de possibilidades para desenvolver suas “táticas e astúcias” (CERTEAU, 1994, p. 97).

Em relação à segunda pergunta, foi ela: *há possibilidade de parcerias entre os vendedores? Caso sim, como elas acontecem?* Os participantes responderam das seguintes formas:

A: Com certeza, a gente conversa nas paradas de ônibus pra tentar ajudar o outro nas vendas dele.

B: Poucas, mas existe. Na prática você dá a oportunidade pra ele passar na sua frente. As vejo amigos aí que tá passando por dificuldade e, se eu tenho condição, eu divido meu material com o dele, sabe? Eu dou a oportunidade dele ir lá, fazer o trabalho dele, levar o pão dele pra dentro da casa dele [...].

C: Tem sim, a gente cede a vez pro parceiro, né? A gente vai se ajudando no que pode [...].

D: Sim. Respeitando a vez do outro e quando o outro não tem, eu dou um pouco do meu material pro parceiro que não tem.

Através das falas, podemos perceber que as parcerias, na maioria das vezes, se dão na esfera de ceder a vez ao outro, ou seja, são manifestas atitudes que geram benefícios para além de si mesmos.

Nesse sentido, Barroso (2017, p. 34) afirma que nós: “[...] somos provocados a pensar na construção da estratégia dos vendedores informais com base nas redes de solidariedade, nas quais se estabelece um conjunto de códigos e regras sociais que permeiam a transformação desse mercado”.

4.6 Prazer e sofrimento no exercício do trabalho

Momentos bons e desagradáveis compõem o mundo do trabalho e, inevitavelmente, também acabam se inserindo no setor informal. Acerca deste fato, foi perguntado: *nessa atividade o que lhe traz prazer e o que lhe causa sofrimento?* Observemos as respostas de cada entrevistado no Quadro 6.

Quadro 6 - Respostas dos participantes da pesquisa

Participante	Prazer	Sufrimento
A	“Quando fazemos a nossa meta”	“Quando os motoristas não abrem a porta”
B	“É que tem pessoas que acreditam no teu trabalho, é a minoria, mas você tem que focar nessas pessoas, porque são elas que te trazem a oportunidade [...]. De você escutar elogios, de você escutar pessoas que acreditam no teu trabalho e re incentiva de alguma forma [...]”.	“Sufrimento porque é debaixo de sol quente, às vezes as pessoas te criticam pelo teu trabalho...não entende que você tá ali pra ganhar o pão de cada dia [...]”.
C	“É ganhar meu dinheiro, do meu suor, do meu trabalho”.	“É a vida louca que a gente leva...uma vida sofrida”.
D	“Ah, é gostar de estar com o pessoal, estar junto”	“É Ficar subindo e descendo de ônibus o dia todo, todo dia. É ficar repetindo isso”.

Fonte: Autoria própria com base nos dados da pesquisa (2020).

As respostas dadas pelos participantes B, C e D no quesito *sufrimento* são similares, visto que vão na direção do exercício do trabalho em si. Já a resposta de A, vai em direção a algo além de si mesmo e parte em direção ao(s) outro(s). No caso, são os motoristas e os cobradores, que permitem ou não com que ele consiga, ao menos, adentrar ao ônibus.

Para Vasconcelos (2017, p. 59), “As consequências do trabalho informal não são apenas de ordem física, mas abrangem também a saúde mental dos trabalhadores e sua subjetividade, estando relacionadas ao estresse e ao sofrimento psíquico [...]”. O autor complementa, afirmando que: “Com isso, é possível dizer que a organização do trabalho fragiliza a identidade e o corpo, pois ao exigir a exposição excessiva do trabalhador a solicitações ele se sente esgotado, em um mercado que enfraquece a segurança e saúde laboral”. (p. 60).

Por outro lado, as fontes de prazer de A e C seguem na mesma direção, visto que as duas pessoas colocam a questão financeira como algo gerador de satisfação. Já o participante B é mais motivado pela escuta dos passageiros em ouvir o que ele tem a dizer, além dos elogios provenientes destas mesmas pessoas. Por fim, o entrevistado D sinalizou que aquilo que lhe traz prazer é justamente o convívio com os demais colegas de trabalho, são as vivências ali experienciadas.

5 CONCLUSÃO

A informalidade no mundo do trabalho tem ganhado contornos cada vez mais acentuados por conta de sua repercussão nas sociedades atuais. Estudar, analisar, categorizar e compreender este setor, passa a ser tarefa de grande relevância para que ações sejam tomadas pelas esferas públicas. Se outrora a atuação de vendedores ambulantes era vista com maior frequência apenas nos eixos sul/sudeste/centro-oeste do país, hoje, com o crescimento das demais capitais brasileiras situadas ao norte e nordeste do Brasil, a visibilidade do mercado informal é facilmente perceptível.

O estado do Maranhão, que compõe o complexo cenário econômico brasileiro, também tem visto a cada ano suas taxas informalidade trabalhista crescerem. Se há anos atrás, em São Luís, a Rua Grande reinava como grande exemplo de concentração de ambulantes, na atualidade, pode-se afirmar que este posto foi perdido ou consideravelmente ofuscado. A expansão das vendas alcançou praças, ônibus, praias, becos ou esquinas, sempre buscando fugir da saturação dos famosos logradouros já consolidados.

Com a intensa procura em ocupar os mais diversos espaços nas cidades, dentre eles os ônibus, também se elevaram o número de episódios de conflitos na disputa por espaço, por vendas. Nesse sentido, o Estado foi chamado a intervir nas situações por meio dos gestores

públicos municipais, que passaram a criar leis que dissessem a respeito desse assunto. Em relação a São Luís, foi encontrada a Lei Nº 3.430, de 31 de janeiro de 1996 que proíbe o acesso de vendedores ambulantes no interior dos transportes coletivos da capital. Disposições legais mais recentes não foram encontradas.

Como resultados da pesquisa, destaca-se, essencialmente, quatro aspectos geradores dos conflitos entre os vendedores. O primeiro deles diz respeito ao aumento considerado no número de trabalhadores informais atuando na capital nos últimos anos. Com a taxa de desemprego em níveis alarmantes, todas as esperanças por parte dos indivíduos têm sido depositadas na caixinha de surpresa chamada empreendedorismo. Fazendo alusão à essa aposta frente ao desemprego, Antunes (2018, pág. 38) diz que: “Para tentar “amenizar” esse flagelo, propaga-se em todo canto um novo subterfúgio: o “empreendedorismo”, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca sabe qual será”.

Em segundo lugar, foi observado que devido ao crescimento do número de vendedores informais atuando nos transportes coletivos, também se elevou a disputa por espaço e pela clientela. Conseqüentemente, as tensões oriundas das necessidades individuais de vendas se acirram cada vez mais, proporcionando cenas de discussão verbal, agressões físicas e, em casos mais extremos, como vimos no caso em que um vendedor quase levava o outro à óbito. De acordo com Silva (2009, p. 190), “Nessa mesma medida em que essas atividades avançam quantitativamente os conflitos a acompanham, conflitos esses, com certeza, originados por uma visão linear, única sobre a conformação do mercado de trabalho e mais exatamente sobre o que é trabalho e emprego [...]”.

O terceiro ponto observado diz respeito ao “como lidar” com os colegas de trabalho perante uma eminente situação de desentendimento. Em outras palavras, é a capacidade individual dos vendedores em fugir do conflito ou encará-lo. Tangendo esta individualidade, fatores como o humor, a personalidade, o temperamento ou, ainda, o fato de a pessoa estar passando por problemas em outras áreas da vida pessoal, podem contribuir para uma tomada de decisão que culmine no conflito. Nesse sentido, pudemos observar que os participantes da pesquisa criaram estratégias pessoais para se esquivarem de maiores atritos profissionais.

O último ponto observado foi a existência de uma rede de solidariedade e parceria entre os vendedores informais, o que se contrapõe à hipótese inicialmente levantada, de que o individualismo se apresentava como predominante característica no setor.

Entretanto, mesmo diante dos fatores acima mencionados, é de extrema importância ressaltar as limitações do presente estudo. Novas pesquisas podem e devem ser realizadas objetivando analisar outros pontos que aqui não tiveram participação, como por exemplo, as

mulheres nesse cenário. Além disso, a complexidade do tema, o dinamismo social presente nas sociedades modernas e a contextualização geográfica, também se apresentam como importantes variáveis a serem sempre levadas em consideração.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G.; CARMO, L. A.; SILVA, S. R. R. O trabalho informal como alternativa no mundo de trabalho atual. *In: Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social*, 4., 2013, Fortaleza. *In: Anais do IV Seminário Cetros Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social*. Fortaleza: [s.n.], 2013. p. 16-29.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ASSUNÇÃO, A. C. M. et al. Implicações sócio-espaciais da atividade informal no centro comercial de São Luís - MA. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP*, 2 ed., São Luís, 2005. **Anais da II Jornada Internacional de Políticas Públicas [...]**. São Luís, 2015. 7 p. 2005.

AZEVEDO, L. **O mulato**. 1 ed. São Paulo: Martin Claret, 2002.

BANDEIRA, M. Mesmo proibidos, ambulantes vendem dentro dos ônibus. **Portal IG**. Recife, 02 nov. 2013. Disponível em: <https://m.leijaja.com/noticias/2013/09/02/mesmo-proibidos-ambulantes-vendem-dentro-dos-onibus/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BARBOSA, A. F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento**. 2003. 374 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286268>>. Acesso em: 3 ago. 2020.

BARROSO, P. F. “Na rua!”: Mercado de trabalho e trajetórias sociais de vendedores informais. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais: Cadecs**, Vitória, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2017.

BECKER, H. S. **Outsiders: estudo de sociologia do desvio**. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BUENO, M.; MACEDO, K.B. A clínica psicodinâmica do trabalho: de Dejours às pesquisas brasileiras. **Estudos contemporâneos da subjetividade**, Rio de Janeiro, v. 2. n. 2, p. 306-318, 2012.

CÂMARA, P. R. P. **Trabalho e Rua: análise acerca do trabalho de rua em São Luís na passagem do século XIX ao XX**. 2008. 148 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

CAMPOS, A. C. IBGE: número de desempregados chega a 13,5 milhões em setembro: Aumento foi de 4,3% no mês e de 33,1% desde maio, mostra pesquisa. **Agência Brasil**, Rio

de Janeiro, 23 out. 2020. Seção Economia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-10/ibge-numero-de-desempregados-chega-135-milhoes-em-setembro#:~:text=A%20edi%C3%A7%C3%A3o%20mensal%20da%20Pesquisa,33%2C1%25%20desde%20maio>. Acesso em: 14 nov. 2020.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. v. 1. Rio de Janeiro: Vozes. 1994.

CHIARA, M. Trabalho informal tem jornada superior a 48 horas semanais. **Estadão**. São Paulo, 28 de maio de 2013. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,trabalho-informal-tem-jornada-superior-a-48-horas-semanais-imp-,1036333>. Acesso em: 3 abr. 2020.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista portuguesa de educação**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

COCKELL, F. F.; PERTICARRARI, D. Retratos da informalidade: a fragilidade dos sistemas de proteção social em momentos de infortúnio. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1709-1718, 2011.

CRISPIM, C.N.S.; SOUSA, L. C. R.; MATHIS, M. F. "(In)formalidade" do trabalho: uma interpretação dialética do trabalho no Brasil e no Pará. *In*: Flávia de Almeida Moura, Tadeu Gomes Teixeira e Paulo Fernandes Keller. (org.). **Trabalho em Contexto de Crise: regulação, informalidade e tendências setoriais**. 1ed. São Luís: EDUFMA, 2016, v. 1, p. 85-103.

DA ROCHA, T. A. O culto da performance: o novo modelo de trabalho do século XXI. **Revista Sem Aspas**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 156-167, 2018.

DESEMPREGO cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos. **Agências IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 31 jan. 2020. Seção Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-01/taxa-de-desemprego-no-pais-fecha-2019-em-119>. Acesso em: 17 ago. 2020.

DESEMPREGO cai, mas aumento do trabalho informal dificulta retomada da economia. **G1**, 31 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/31/desemprego-cai-mas-aumento-do-trabalho-informal-dificulta-retomada-da-economia.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2018.

DESEMPREGO na pandemia atinge maior patamar da série na 4ª semana de agosto. **Agências IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 18 set. 2020. Seção Séries Especiais. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/ibge-desemprego-na-pandemia-atinge-maior-patamar-em-agosto>. Acesso em: 24 nov. 2020.

DINIZ, J. S. **O setor informal como estratégia de sobrevivência no mundo do trabalho: o caso dos trabalhadores ambulantes em São Luís (MA)**. 2005. 180 p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

FREITAS, N. B. B. *et al.* Precarização do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem sob a ótica sindical. *In: Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva – ABRASCO*, 6, 2000, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: LTr, 2000. 232 p.

GIATTI, L.; BARRETO, S. M. Situação do indivíduo no mercado de trabalho e iniquidade em saúde no Brasil. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 99-106, fev. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102006000100016>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000100016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 abr. 2020.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 5 ed. São Paulo: UNESP. 1991.

GIONGO, C. R.; MONTEIRO, J. K.; SOBROSA, G. M. R. Psicodinâmica do trabalho no Brasil: revisão sistemática da literatura. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, p. 803-814, dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.4-01>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000400002&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 15 jul. 2019.

GONÇALVES, M. A. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. **Revista da Geografia do Trabalho**, São Paulo, v. 3, n.1, 16 p., 2002. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/790>. Acesso em: 25 jul. 2020.

GOULARTE, C. C. **Cotidiano, identidade e memória: narrativas de camelôs em Pelotas-RS**. 2008. 105 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: UFPe, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa economia informal urbana**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

JORDÃO, A. P. F.; STAMPA, I. Precarização e informalidade no “mundo do trabalho” no Brasil: notas para reflexão. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP*, 7 ed., São Luís, 2015. **Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas [...]**. São Luís, 2015. 13 p.

JÚNIOR, A. J. J. Trabalho informal: causas e consequências. **Revista Jurídica Eletrônica**, Mato Grosso do Sul, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/imprimir/70509/trabalho-informal-causas-e-consequencias>. Acesso em: 08 abr. 2020.

KUPFER, J. P.; SERRANO, L. R. A hora da verdade. *Revista Isto É*, p. 68, 17 set. 1980, citado por Walküre Lopes Ribeiro da Silva apud **Representação e Participação dos trabalhadores na gestão da empresa** – São Paulo: LTr, 1988, p. 167.

LAURENTINO, F. P. Espaço público: espaço de conflitos. **Projeto História**, São Paulo, n. 33, p. 307-317, 2006.

Lei proíbe comércio ambulante nos ônibus. **Nave.org**, Sorocaba, 02 ago. 2017. Disponível em: <https://nave.wordpress.com/2017/08/02/lei-proibe-comercio-ambulante-nos-onibus/#:~:text=%E2%80%9CFica%20vedado%20ao%20ambulante%20ingressar,efetuar%20a%20venda%20de%20produtos%E2%80%9D.&text=A1%C3%A9m%20de%20proibir%20o>

%20com%C3%A9rcio,finalidade%20de%20obten%C3%A7%C3%A3o%20de%20vantagem. Acesso em: 24 nov. 2020.

LOPES, E. A. B. *et al.* **As novas faces da informalidade na Região Central de Goiânia-GO: os trabalhadores ambulantes em um contexto de transformação do mercado de trabalho.** 2008. 326 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

LUNA, Hugo Farias de et al. **Precarização do trabalho e informalidade: um estudo no Setor Turístico da Grande João Pessoa.** 2017. 51 p. Monografia (Bacharel em Administração) – Coordenação do Curso de Administração, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2017.

MAFRA, F. L. N. *et al.* Trabalho informal e qualidade de vida: interações possíveis no contexto local. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 9, n. 1, p. 103-115, 2002.

MARQUES, C. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão.** 1 ed. São Luís: Typ. do Fryas, 1870.

MATOS, F. C. **Determinantes da informalidade urbana na região metropolitana de São Luís.** 2010. 68 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresa. Rio de Janeiro, 2010.

MATTOS, U. A. O.; SANDINS, J. A. S.; MATTOS, C. M. As condições de trabalho no setor informal – uma amostra da situação no município. *In: nome do evento por extenso* – ENEGEP, 21, 2001, Salvador. **Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção.** ABEPRO, 2001. 8 p.

MELO, T. Vou derramar seu sangue, diz vendedor ambulante ao brigar por ponto. **Mídiamax.** São Luís, 07 de jun. de 2019. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/policia/2019/vou-derramar-seu-sangue-diz-vendedor-ambulante-em-briga-por-ponto>. Acesso em: 18 de nov. 2020.

MENDES, R. CAMPOS, A. C. C. Saúde e Segurança no Trabalho Informal: Desafios e Oportunidades para a Indústria Brasileira. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 209-223, 2004. Disponível em: < <https://cdn.publisher.gn1.link/rbmt.org.br/pdf/v2n3a07.pdf> >. Acesso em: 4 mai. 2020

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 3, p. 341-363, set. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-80502008000300001>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502008000300001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 abr. 2020.

MORRONE, C. F.; MENDES, A. M. A resignificação do sofrimento psíquico no trabalho informal. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 91-118, 2003. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v3n2/v3n2a05.pdf> >. Acesso em: 4 jul. 2020.

NERI, M. C; FONTES, A. Informalidade e trabalho no Brasil: causas, consequências e caminhos de Políticas Públicas. *In: SUSMEL, J. L. B e N.* **Informalidade laboral na**

América Latina. Cadernos Adenauer. XI, n.2. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

NORONHA, E. G. " Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-129, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2020

OLIVEIRA, G. F. et al. Risco para depressão, ansiedade e alcoolismo entre trabalhadores informais. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 272-7, 2010. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/10354/6909> >. Acesso em: 4 jun. 2020.

Pandemia aumenta em 30% o número de ambulantes no centro comercial de São Luís. **O imparcial**, São Luís, 06 ago. 2020. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2020/08/pandemia-aumenta-em-30-o-numero-de-ambulantes-no-centro-comercial-de-sao-luis/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PORTO, M. A. **A expansão das atividades informais em São Luís e a política pública de trabalho:** Rupturas e continuidades. 2007. 180 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

PREFEITURA de São Luís capacita ambulantes de áreas do Centro que trabalham em logradouros que estão sendo reformados, **Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN**, São Luís, 18 jan. 2020. Seção Notícias. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/subportal_noticia.asp?id_noticia=26916. Acesso em: 8 abr. 2020.

PREFEITURA de São Luís capacita vendedores informais que trabalharão no espetáculo 'Via Sacra', no Anjo da Guarda, **Agência de Notícias São Luís**, São Luís, 12 abr. 2019. Seção Notícias. Disponível em: <http://agenciasaoluis.com.br/noticia/23341/>. Acesso em: 8 abr. 2020.

SALES, G. Ambulantes driblam lei e faturam R\$ 600 ao dia em ônibus e metrô. **Hoje em dia**, Belo Horizonte, 11 out. 2014. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/ambulantes-driblam-lei-e-faturam-r-600-ao-dia-em-%C3%B4nibus-e-metr%C3%B4-1.279584>. Acesso em: 24 nov. 2020.

SANTOS, D. R.; MESQUITA, A. A. Avaliação das condições de trabalho e sofrimento psíquico em camelôs. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 8, n. 2, p. 29-42, dez. 2016. DOI: [http://dx.doi.org/10.20435/2177-093X-2016-v8-n2\(03\)](http://dx.doi.org/10.20435/2177-093X-2016-v8-n2(03)). Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2016000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 abr. 2020.

SÃO LUÍS. **Lei Municipal Nº 3430, de 31 de janeiro de 1996.** Dispõe sobre o serviço público de transporte coletivo urbano do município de São Luís, nos termos do artigo 208 da lei orgânica municipal, e dá outras providências. São Luís: Câmara Municipal, [1996]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ma/s/sao-luis/lei-ordinaria/1996/343/3430/lei->

ordinaria-n-3430-1996-dispoe-sobre-o-servico-publico-de-transporte-coletivo-urbano-do-municipio-de-sao-luis-nos-termos-do-artigo-208-da-lei-organica-municipal-e-da-outras-providencias. Acesso em: 26 nov. 2020.

SILVA, J. C. B. **O trabalho autônomo e conflitos: o comércio ambulante no território de trens**. São Paulo, 2009. 200 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Geografia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

SORJ, B. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n43/002.pdf> >. Acesso em: 15 jul. 2020.

STEHLLING, M. A. **A precarização e a informalidade no mercado de trabalho brasileiro**. 2019. 39 p. Monografia (Bacharel em Economia) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

VASCONCELLOS, F. P. A. **Vivências de prazer e sofrimento de feirantes na cidade de Corumbá-MS**. 2017. 99 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá-MS, 2019

VIDAL, R. F. **INFORMALIDADE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO**: aspectos teóricos e conceituais. *In*: Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP, 5 ed., São Luís, 2011. **Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas** [...]. São Luís, 2011.

WEIL, A.; NOGUEIRA, M. Os (re) significados da informalidade no mundo do trabalho contemporâneo. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 24, 22 p. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/9609/6730> >. Acesso em: 28 set. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DE TRABALHADORES INFORMAIS NOS COLETIVOS DE SÃO LUÍS: da alternativa de sustento ao conflito com os pares” coordenada pela professora Dr^a Denise Bessa Léda. (DEPSI/UFMA).

Caso concorde, você participará de uma entrevista que visa analisar as estratégias de mediação utilizadas pelos trabalhadores informais na luta pela sobrevivência nos coletivos de São Luís – MA.

As informações obtidas por meio da pesquisa serão gravadas e mantidas em sigilo e serão utilizados para fins estritamente acadêmicos. Será preservado o seu anonimato, de modo que nenhuma identificação pessoal será usada em qualquer relato ou publicação que possam resultar do estudo. Serão utilizados siglas ou nomes fictícios quando forem empregadas suas declarações, não sendo referenciadas, portanto, identidades pessoais.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o e-mail do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação. Cabe ressaltar, que sua participação neste estudo é absolutamente voluntária, a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem qualquer prejuízo para você.

Considerando os itens acima expostos, eu, de maneira livre e esclarecida, expresso o meu interesse em participar desta pesquisa.

Em, ____/____/____.

Nome do participante

Assinatura do participante

Pesquisadora responsável: Denise Bessa Léda

Professora/UFMA

E-mail: denise.bessa.leda@gmail.com

APÊNDICE B – Instrumento de Pesquisa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA
ORIENTADORA: Prof.^a: DENISE BESSA LEDA
PESQUISADOR: CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS JARDIM**



INSTRUMENTO DE PESQUISA DE MONOGRAFIA

Participante: _____ Idade: _____ Sexo: () M () F () Outros
Grau de instrução: _____

1) Há quanto tempo você atua no ramo de vendas nos coletivos?

2) Quantas horas por dia você dedica ao seu trabalho?

3) Há pontos/rotas de vendas estratégicas nas quais você percebe que as vendas são melhores? Se sim, quais são?

4) Você nota que o número de adeptos à venda de mercadorias nos coletivos tem crescido nos últimos anos em São Luís? Como você analisa esse aumento?

5) Em sua opinião, com a chegada de novos colegas de trabalho, o “mercado”, em algum momento, pode ficar saturado? Quais seriam as possíveis consequências disso?

6) Desde que começou a trabalhar com vendas em coletivos, você já se desentendeu com algum(a) colega de trabalho? Comente como foi esse momento.

7) Na sua opinião, quais os possíveis motivos que levam aos conflitos entre colegas de trabalho?

8) Você tem e utiliza estratégias pessoais para evitar estes conflitos? Se sim, quais seriam?

9) Como você considera sua relação de trabalho com os outros vendedores? Há um predomínio maior do senso individualista ou do grupo?

10) Há possibilidade de parcerias entre os vendedores? Caso sim, como elas acontecem?

11) Nessa atividade o que lhe traz prazer no trabalho e o que lhe causa sofrimento?
